



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

BEATRIZ DA ROCHA CARVALHO FÉLIX  
BEATRIZ MOURA DA SILVA  
MYLLENA CARVALHO DE ANDRADE

**A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE  
SAÚDE SOB A PANDEMIA**

RECIFE  
2023

BEATRIZ DA ROCHA CARVALHO FÉLIX  
BEATRIZ MOURA DA SILVA  
MYLLENA CARVALHO DE ANDRADE

**A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE  
SAÚDE SOB A PANDEMIA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Soraia de Carvalho

RECIFE  
2023

Félix, Beatriz da Rocha Carvalho .

A precarização do trabalho do assistente social na política de saúde sob a pandemia / Beatriz da Rocha Carvalho Félix, Beatriz Moura da Silva, Myllena Carvalho de Andrade. - Recife, 2023.

64 p.

Orientador(a): Soraia de Carvalho

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Serviço Social - Bacharelado, 2023.

1. Precarização;. 2. Trabalho;. 3. Pandemia;. 4. Assistente social. I. Silva, Beatriz Moura da . II. Andrade, Myllena Carvalho de . III. Carvalho, Soraia de. (Orientação). IV. Título.

300 CDD (22.ed.)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE  
SAÚDE SOB A PANDEMIA**

BEATRIZ DA ROCHA CARVALHO FÉLIX  
BEATRIZ MOURA DA SILVA  
MYLLENA CARVALHO DE ANDRADE

Aprovado em: 27/09/2023

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Profª Dra. Soraia de Carvalho  
Orientadora  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof Dr. Adilson Aquino Silveira Junior  
Examinador  
Universidade Federal de Pernambuco

“Há que se cuidar da vida  
Há que se cuidar do mundo  
Tomar conta da amizade  
Alegria e muito sonho  
Espalhados no caminho  
Verdes, planta e sentimento  
Folhas, coração  
Juventude e fé”  
(Milton Nascimento)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha mãe, Niedja, pelo apoio incondicional a tudo que me dedico a realizar, nas pequenas e grandes conquistas da minha caminhada.

Agradeço a toda a minha família, pelo apoio, pelo empenho, por colaborar para que eu tivesse as condições necessárias para realizar este sonho. Agradeço em especial a minha avó, Dona Eunice, que sempre se empenhou para que eu tivesse as condições para fazer os trabalhos ao longo do curso.

Agradeço a minha tia, Gicelia, que me acolheu e foi a assistente social que me inspirou a seguir e escolher o Serviço Social como profissão.

Agradeço também a Beatriz Moura e Beatriz Rocha que estiveram presentes ao longo da minha trajetória acadêmica.

Agradeço as amigas que construí ao longo da graduação, que aliviaram o processo e auxiliaram na construção da minha base profissional, principalmente Wolney Marney, que compartilhou longos momentos de alegria.

A Allysson, meu grande melhor amigo, que me apoiou, enxugou lágrimas, compartilhou sorrisos, frustrações e conquistas ao longo da minha caminhada.

Agradeço à Universidade Federal de Pernambuco e a todos os docentes de Serviço Social que me moldaram como profissional e como pessoa.

À professora Soraia e ao professor Adilson Júnior, excelentes educadores acadêmicos e que foram essenciais para a produção deste trabalho.

Aos que não foram citados mas me marcaram e me apoiaram de alguma forma, também os guardo com carinho e gratidão no coração.

Acima de tudo, agradeço a mim mesma pela coragem e dedicação de, em meio a uma pandemia, não ter desistido e ter persistido nesta graduação, a qual amo e me alegra tanto.

Myllena Carvalho de Andrade

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a meus pais, Dilma e Moisés, pelo apoio, amor, carinho e por acreditarem em mim. Também aos meus irmãos, Clara, Arthur e Dante por todos os momentos que compartilhamos juntos.

Gratidão a mim mesma pela coragem e dedicação de tentar uma nova graduação, a qual hoje me enche de alegria e esperança.

À Myllena e Beatriz pela amizade e por tudo que construímos nesses anos. Aprendi muito com vocês. Também a Wolney Marney, que juntas formamos um risonho quarteto.

Sou muito grata também às minhas amigas Rebeka, Rayanne e Maria Luiza pelo companheirismo, apoio e amor que cultivamos há décadas.

Agradeço também aos meus sobrinhos e afilhado que tem enchidos minha vida de alegrias.

Ao povo brasileiro e à universidade pública pela formação de qualidade. Que a universidade seja cada vez mais feita pelo povo e para o povo!

À professora Soraia e ao professor Adilson que foram sujeitos fundamentais na construção desse trabalho.

Estendo meus agradecimentos a todas as pessoas as quais a UFPE me permitiu contato, porque cada um, à sua maneira, me fez ser quem sou hoje.

Beatriz Moura da Silva

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família, agradeço imensamente por todo apoio, suporte e companheirismo na vida e na minha jornada de estudos.

À minha mãe, Flérida, agradeço por todo apoio, amor e educação que me foram dados ao longo de minha vida.

À meu tio, Roberto, que me acolheu e me criou como um pai, me deu e me dá todo suporte na minha vida e nos meus estudos. .

Às minhas irmãs, Laura e Marie, agradeço pelo companheirismo e apoio.

À Víctor, meu amor, amigo e companheiro, agradeço pelo apoio, incentivo e por dividir comigo diversos momentos na vida.

À Cláudia, Severino, agradeço pelo carinho e por me darem conselhos tão valiosos, e que juntamente com Victória, me acolheram e me deram um apoio positivo nessa jornada.

Às minhas colegas de turma, Beatriz e Myllena, que se tornaram minhas amigas ao longo da graduação e me acompanham neste fim de ciclo, refletindo a construção de uma amizade bonita e cheia de sorrisos. Em muitos momentos de dificuldades ou cansaço, assim como nos momentos de alegria foram presentes com suas palavras de incentivo e apoio. Estamos aqui finalizando uma etapa muito importante de nossas vidas, juntas. Agradeço também à Wolney Marney por estar presente nos diversos momentos comigo durante a graduação. Muito do que conseguimos realizar nessa graduação foi graças ao nosso esforço e dedicação, mas também do companheirismo e apoio durante todo esse processo.

Agradeço à Universidade Federal de Pernambuco, à professora Soraia e ao professor Adilson, excelentes educadores, que foram essenciais para a produção deste trabalho. Agradeço também aos docentes maravilhosos que tive o privilégio de conhecer e que foram indispensáveis para minha jornada acadêmica.

Aos que não foram citados mas me marcaram e me apoiaram de alguma forma, também os guardo com carinho e gratidão no coração.

Por fim, agradeço a mim mesma, por ter dedicação em seguir com meu sonho. Estou terminando uma graduação e com o coração cheio de alegria por finalizar um ciclo tão importante.

Beatriz da Rocha Carvalho Félix

## RESUMO

Esta pesquisa propôs analisar como o trabalho dos/as assistentes sociais na política de saúde foi afetado pelas transformações no mundo do trabalho, sob a pandemia de covid-19. Os objetivos específicos se desdobram em compreender como ocorreu o avanço do neoliberalismo e de que forma interferiu nas relações do mundo do trabalho, a discutir o processo histórico da crise econômica no Brasil, e abordar as condições de trabalho do/a assistente social durante o processo de enfrentamento da pandemia e os desafios da atuação na política de saúde. Metodologicamente, este estudo investigou a temática em questão conforme o método de Marx, partindo da realidade concreta de aumento da exploração e precarização do trabalho durante a pandemia. O caminho metodológico percorreu documentos oficiais do Conselho Federal de Serviço Social, artigos e entrevistas para analisar as implicações da conjuntura de acumulação do capital, avanço das tecnologias e pandemia no mundo do trabalho. Como resultado, identificou-se a necessidade de adaptação do trabalho do Serviço Social na política de saúde, a intensificação da precarização do trabalho expressos pela falta de acesso a equipamentos de proteção individual, adoecimento mental, aumento da sobrecarga de trabalho para as assistentes sociais. Assim, frente ao projeto ético-político profissional, faz a defesa irrestrita do fim das políticas econômicas que favorecem o capital em detrimento da vida, bem como a revogação das contrarreformas que impactam a seguridade social e o mundo do trabalho.

**Palavras-chaves:** precarização; trabalho; pandemia; assistente social.

## **ABSTRACT**

This research, as a general objective, proposed to analyze how the work of social workers in health policy was affected by changes in the world of work, under the covid-19 pandemic. The specific objectives are broken down into understand how the advance of neoliberalism occurred and how it interfered in relations in the world of work, to discuss the historical process of the crisis economic situation in Brazil, and address the working conditions of social workers during the process of facing the pandemic and the challenges of acting in health policy. Methodologically, this study investigated the topic in question according to Marx's method, starting from the concrete reality of increasing exploitation and precariousness of work during the pandemic. The methodological approach covered official documents from the Federal Social Service Council, articles and interviews to analyze the implications of the situation of accumulation of capital, advancement of technologies and pandemic in the world of work. As a result, identified the need to adapt the work of Social Services into policy of health, the intensification of precarious work expressed by the lack of access to personal protective equipment, mental illness, increased work overload for social workers. Therefore, in view of the project professional ethical-political, makes the unrestricted defense of the end of economic policies that favor capital to the detriment of life, as well as the repeal of counter-reforms that impact social security and the world of work.

**Keywords:** precariousness; work; pandemic; social worker.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2. CRISE ECONÔMICA, CRISE SANITÁRIA E MUNDO DO TRABALHO.....</b>	<b>15</b>
2.1 Neoliberalismo, crise e os impactos nas estruturas sócio-econômicas da sociedade.....	15
2.2 Marcos do neoliberalismo no Brasil e os impactos na categoria profissional.....	18
2.3 Pandemia e os desdobramentos nas relações de trabalho.....	21
<b>3. ELEMENTOS IDEOLÓGICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS QUE ANTECEDERAM E IMPACTARAM NA CRISE PANDÊMICA.....</b>	<b>26</b>
3.1. Crise econômica, política e os rebatimentos na política de saúde.....	26
3.2. Impactos da crise no mundo do trabalho.....	29
3.3 Ascensão do neoconservadorismo e o retrocesso nos direitos sociais e trabalhistas no Brasil.....	34
<b>4. O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE SAÚDE SOB A PANDEMIA.....</b>	<b>39</b>
4.1 A precarização do trabalho do assistente social na política de saúde.....	39
4.1.1 Os efeitos no retrocesso da política de saúde na saúde mental dos (as) assistentes sociais.....	45
4.2 O reflexo de gênero e raça no processo de trabalho dos (as) Assistentes Sociais, na política de saúde, durante a pandemia.....	46
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>54</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho parte do interesse em aprofundar a temática da precarização do trabalho do Serviço Social no contexto da pandemia de covid-19. Aprofundar pois a partir das experiências de estágio e da pesquisa *A precarização do trabalho das assistentes sociais no âmbito hospitalar durante a pandemia* desenvolvida nas disciplinas Pesquisa em Serviço Social 1 e 2, onde realizou-se entrevistas a três assistentes sociais, que apontaram as principais dificuldades vivenciadas no decorrer da pandemia. Diante disso, vislumbrou-se a necessidade de compreender outros determinantes que apontavam a intensificação da precarização do trabalho dos/as assistentes nesse espaço sócio-ocupacional nessa conjuntura.

Essas experiências permitiram observar expressões da precarização do trabalho a partir da insegurança diante da pandemia, sobrecarga, exigências institucionais ligadas à necessidade de respostas rápidas. Esse cenário está relacionado ao histórico desmonte da saúde pública brasileira, motivado pela necessidade do capitalismo de transformar todas as esferas da vida em mercadoria. Nesse âmbito, tal análise se faz necessária, à medida que as/os assistentes sociais assumem a continuidade com o seu compromisso ético-profissional, mesmo com os avanços dos ideais neoliberais e a execução de ações que colaboram para o desmonte na política de saúde.

A presente monografia tem como objetivo geral analisar como o trabalho dos/as assistentes sociais na política de saúde foi afetado pelas transformações no mundo do trabalho, sob a pandemia de covid-19. Os objetivos específicos se desdobram em: (a) Compreender como ocorreu o avanço do neoliberalismo e de que forma interferiu nas relações do mundo do trabalho; (b) Discutir o processo histórico da crise econômica no Brasil; e (c) Abordar as condições de trabalho do/a assistente social durante o processo de enfrentamento da pandemia e os desafios da atuação na política de saúde. Para alcançar esses objetivos identificados na concretude dessa realidade, o percurso metodológico se orientou à luz do materialismo histórico-dialético, o qual parte do pressuposto de que a realidade é dinâmica, histórica e também transitória.

De acordo com Marx (2008, p. 258) “[...] o concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”, isso quer dizer que existe uma unicidade entre os fenômenos sociais. A realidade se apresenta nos

níveis de aparência e essência, na qual esta última não é estática, apresentando uma dinâmica e uma estrutura. Nesse sentido, o materialismo histórico-dialético afirma que se aparência e essência fossem coincidentes a ciência seria desnecessária. Na pesquisa científica a captura dessa realidade se dá pelo papel ativo do sujeito pesquisador ao lidar criticamente com as teorias e ao mobilizar as categorias que devem interpretar a realidade. Na teoria crítica de Marx esse processo não é meramente uma descrição da realidade, mas sim busca apreender o movimento do real, que é marcado pela contradição. Exemplo disso é a lei geral da acumulação capitalista que produz a existência simultânea de um acúmulo de riqueza e miserabilidade. No processo de pesquisa, então, cabe a identificação das leis ocultas e tendências dos fenômenos sociais, superando a ideia que a história está determinada ou é obra do acaso.

O método marxiano compreende a humanidade como produtora e reprodutora da sua existência, entretanto “[...] não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (Marx, 2011, p. 25). Assim, identifica-se a conexão entre as gerações ao longo da história como a determinação da matéria sobre a consciência.

Tendo em consideração esse fundamento metodológico, para compreender o trabalho do Serviço Social partiu-se da realidade da política de saúde e das formas de expressão do trabalho durante a pandemia no cenário do neoliberalismo. O estudo sobre realidade teve como embrião as entrevistas realizadas com assistentes sociais que atuaram na linha de frente da covid-19 num hospital filantrópico de Pernambuco. Os resultados das entrevistas, que estão no artigo "A precarização do trabalho das assistentes sociais no âmbito hospitalar durante a pandemia", foram retomadas nesta monografia. Como fonte de dados, também foram utilizados documentos produzidos pelo Conselho Federal de Serviço Social durante 2020 e 2022 que abordaram as relações de trabalho na política de saúde. Essas fontes buscam entender o fenômeno em sua totalidade de modo a saturar o concreto, pois entende-se que a sociedade não é composta por partes que formam um todo, mas sim por totalidades de graus complexidade, cada uma com suas tendências (Netto, 2011).

O neoliberalismo surgiu em meados dos anos 1972, com o colapso do keynesianismo-fordismo, no qual houve o fortalecimento do mercado financeiro, que

possibilitou mudanças no capitalismo de países em desenvolvimento. Diante da rigidez do fordismo, as empresas não seguiram o padrão de atuação que procurava atender às demandas do mercado e os riscos existentes. O sistema de produção flexível priorizava a criação de inovações de produtos mediante a priorização do tempo e a intensificação na produção, fazendo, dessa forma, a divisão do trabalho em tarefas simples e repetitivas, potencializando a produção em alta escala.

Nesse novo momento do capital, aparecem duas importantes mudanças: a ampliação da flexibilidade no trabalho e o desenvolvimento da participação do mercado no Estado. Essas modificações do sistema capitalista visavam a maior acumulação de capital e a tentativa de recuperação de seu padrão de acumulação.

No Brasil, com o processo da hegemonia do neoliberalismo, juntamente com a ligação com o neoconservadorismo, a realidade nacional foi conduzida pela potencialização histórica da redução aos direitos sociais e trabalhistas, que, no ápice da crise pandêmica se intensificaram nas relações do mundo do trabalho.

Para compreender a realidade da política de saúde e o trabalho durante a pandemia, é importante entender o movimento do neoliberalismo na sociedade contemporânea. O sucateamento do Sistema Único de Saúde, mostra a expansão do neoliberalismo - que nesse contexto intensificou sua atuação, visto a dificuldade de organização dos movimentos sociais em resistir e reagir a esses ataques. Logo, torna-se importante compreender os condicionantes para a precarização no SUS, das medidas tomadas para o desmonte da política de saúde e, principalmente, o impacto para os/as assistentes sociais que atuaram no contexto da pandemia da covid-19.

Os rebatimentos políticos afetaram a política de saúde, que mesmo sendo um direito fundamental do ser humano e dever do Estado, como explicitado no Art. 2 da Lei nº 8.080 (Brasil, 1990), sofreram com as ações negacionistas do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, houve o aprofundamento da privatização da saúde e ao sucateamento do SUS. O trabalho do Serviço Social também sofreu impactos, uma vez que este necessitou flexibilizar o processo para responder de forma imediatista à população usuária. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social-PE (CRESS 4ª região), órgãos de orientação e fiscalização da profissão, nesse período, produziram publicações que orientaram a prática profissional do Serviço Social na tentativa de mitigar a precarização já existente no seio laboral, mas agudizada pelo contexto pandêmico.

O termo precarização, adotado neste trabalho, faz parte da análise de Barros (2018) que afirma que a precariedade laboral é própria do processo de acumulação capitalista devido o processo transformação da força de trabalho em mercadoria, que vem sendo atualizada a partir das transformações do capital. Entretanto, no século XX novos elementos se somam a essa precarização. Marx (1996) explica que “[...] à medida que se acumula capital, a situação do trabalhador, qualquer que seja seu pagamento, alto ou baixo, tem de piorar”, assim como

[...] quanto mais elevada a força produtiva do trabalho, tanto maior a pressão do trabalhador sobre seus meios de ocupação e tanto mais precária [prekärer], portanto, sua condição de existência: venda da própria força para multiplicar a riqueza alheia ou para a autovalorização do capital (Marx, 1996, p. 275).

Essas afirmações apontam que algumas das formas de compreender a precarização partem da observação do grau de exploração, do tamanho da superpopulação relativa e da compreensão dos salários (Barros, 2018). A partir desses elementos, observou-se que a situação dos trabalhadores de saúde na pandemia apresentou-se crítica após alguns meses do início da pandemia, no âmbito físico e mental. A lógica neoliberal de gestão das políticas públicas e de enfrentamento da pandemia de covid-19 tornaram nítidas as consequências da precarização do trabalho dos assistentes sociais na linha de frente do enfrentamento à covid-19, e, conseqüentemente, o rebatimento na esfera privada dos profissionais.

O desenvolvimento das reflexões foi estruturado em três capítulos. O segundo capítulo “Crise econômica, crise sanitária e mundo do trabalho” apresenta o debate teórico à luz do marxismo sobre as crises no sistema capitalista, seguida de breve explanação sobre o neoliberalismo. Esses pontos se justificam pela necessidade de entender as tendências que provocaram o cenário do trabalho durante a crise sanitária da covid-19.

O terceiro capítulo “Elementos ideológicos, econômicos e sociais que antecederam e impactaram na crise pandêmica” historiciza a política econômica brasileira sob as bases da doutrina neoliberal. Em seguida, é feita uma exposição sobre os impactos no mundo do trabalho após o processo de intensificação das formas de precarização ao longo da crise pandêmica. O capítulo finaliza com um debate sobre a ascensão do neoconservadorismo no Brasil e sua relação com a perda de direitos sociais.

O quarto capítulo “A precarização do trabalho do assistente social na política de saúde” discorre sobre o trabalho do Serviço Social na política de saúde diante da precarização do trabalho profissional. Nesse sentido, buscou-se abordar como os riscos da fragilização das políticas sociais vulnerabilizam o trabalho e a saúde dos profissionais. Por fim, fez-se um debate desses pontos considerando as dimensões de gênero e raça.

Nas considerações finais se avaliou que o estágio de acumulação do capital, do avanço do neoliberalismo, a crise econômica e o conservadorismo retrocesso produziram um cenário de perdas dos direitos trabalhistas, de precarização da saúde, e necessidade de adaptação dos processos de trabalho que impactaram a classe trabalhadora na sua saúde, no atendimento ao usuários, na subjetividade.

## 2. CRISE ECONÔMICA, CRISE SANITÁRIA E MUNDO DO TRABALHO

O capítulo em questão faz uma análise sobre o neoliberalismo e os grandes marcos do projeto neoliberal encabeçados pela direita mundial, assim como a continuidade do imperialismo como forma de expansão do mercado internacional e a ligação com a economia mundial. A partir dessa compreensão, o presente capítulo traz a forma como a política neoliberal se estabeleceu no Brasil, seus desdobramentos diante da formação econômica-social no país e das crises - sanitária, econômica e política - desse sistema, para que, diante disso, compreenda-se como esses desdobramentos afetaram as relações de trabalho.

### 2.1 Neoliberalismo, crise e os impactos nas estruturas sócio-econômicas da sociedade

Para analisar a realidade do mundo do trabalho durante a pandemia é necessário compreender as modificações nas relações de trabalho a partir do contexto de disseminação do vírus SARS-CoV-2. No período de março de 2020, o Brasil emitiu o decreto nº 6/2020 que reconhecia a situação de calamidade pública diante da gravidade dos casos de covid-19 no mundo. O decreto foi lançado após a Organização Mundial da Saúde classificar a gravidade da doença como pandemia, devido à rápida disseminação geográfica e contaminação.

O cenário imediato que se apresentou no Brasil, apesar do decreto, foi a tentativa de imposição da continuidade das atividades econômicas e sociais durante a pandemia, mesmo com as evidências científicas que apontaram elevado nível de mortes a partir do processo de imunidade de rebanho. O ex-presidente, Jair Bolsonaro, também inspirado na campanha da prefeitura de Milão (“Milão não pode parar”), propagou a ideia de que “O Brasil não pode parar”. Essa campanha pregava a continuidade dos serviços, em vistas a não prejudicar a economia, não acatando as orientações de lockdown e distanciamento social recomendados pelas OMS. Para o CFESS/CRESS (2020, p. 2) todo o movimento pelo fim do isolamento social e retorno das atividades presenciais “[...] exemplifica o quanto a exploração do trabalho é necessária para a valorização do capital”.

Assim, para compreender esse cenário de união de crises sanitária, econômica, política e do mundo do trabalho, faz-se necessário destacar que esses fenômenos estão ocorrendo da dinâmica da sociedade capitalista.

O modo de produção capitalista é, ao mesmo tempo, produção mercantil generalizada e produção para lucro das empresas operando independentemente uma das outras, uma não podendo existir isoladamente. É além disso um sistema voltado para produção de uma massa incessantemente crescente de mais-valia (de sobretrabalho) e um sistema em que a apropriação real dessa mais-valia subordina-se à possibilidade de vender realmente as mercadorias que contêm tal mais-valia, pelo menos ao seu preço de produção (incluindo lucro médio), ou a preços que permitam realizar sobrelucros (Mandel, 1990, p. 218).

Conceber que esta sociedade é marcada pela existência de duas classes principais, sendo uma que se apropria da riqueza socialmente produzida em detrimento da exploração de outra é fundamental para entender os desdobramentos da crise e seu impacto no mundo do trabalho. Também, o próprio trabalho entendido através da teoria marxiana como

[...] um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (Marx (2013, p. 326).

Nesse sentido, diferenciando-se de outros animais pela capacidade de projeção e manipulação da natureza, o ser humano rompe com sua antiga condição. Entretanto, como afirma Granemann (2009) esse distanciamento da condição biológica é relativo, pois ainda que a humanidade acumule conquistas quanto ao domínio da natureza, esta é ineliminável da vida. Na sociedade capitalista, o trabalho, elemento fundante do ser social, assume uma forma de exploração que se dá a partir da apropriação dos meios de produção da classe trabalhadora pela burguesia e pela expropriação de direitos. Em outras palavras, ocorre um processo de subsunção real do trabalho ao capital.

O trabalho, dentro do ciclo do capital, é afetado pelas crises de superprodução de mercadorias. Essas crises são uma manifestação da tendencial queda da taxa de lucros, pois no momento de superprodução não há poder de compra disponível que garanta o lucro esperado pela burguesia. Assim, o fluxo da crise se expressa na redução de emprego, de renda, de investimento e produção (Mandel, 1990).

É após um novo processo de crise que ocorre a ascensão, enquanto doutrina e política, do neoliberalismo. Este surgiu no final do século XX como uma reação às políticas keynesianas e de bem-estar social como uma estratégia para a

saída da crise que perpetuava nos países de capitalismo central (Anderson, 1996). A partir de 1972, com o colapso do keynesianismo-fordismo e a crise do petróleo, houve o fortalecimento do mercado financeiro que possibilitou mudanças no capitalismo de países em desenvolvimento. Dessa forma, teve início o declínio do Estado de bem-estar social, o que permitiu um avanço do pensamento neoliberal. Esse período tem como precedentes históricos o esgotamento do padrão de acumulação capitalista no início dos anos 70 e o processo de internacionalização do capital (Mota, 1995).

Nesse momento histórico, os neoliberais apontaram a justificativa da crise devido ao poder dos sindicatos, a queda da acumulação capitalista e dos altos gastos sociais do Estado devido às reivindicações do movimento operário. A solução de saída da crise seria a estabilidade monetária, que se concretizava a partir de contenção de gastos sociais, disciplina orçamentária, restauração da taxa natural de desemprego (exército industrial de reserva) e reformas fiscais. Druck, Dutra e Silva (2019, p. 290) afirmam que esse projeto social, econômico, político e ideológico se sustentou a partir do princípio de concorrência entre as pessoas, tendo “[...] se concretizado por meio da exploração do trabalho humano com limites cada vez mais débeis e com o amparo de um modelo de regulação propício à acumulação financeira – e, portanto, intencionalmente contrário aos paradigmas de proteção social”.

O neoliberalismo tem como característica ataque à intervenção estatal, políticas de austeridade fiscal, flexibilização do trabalho e defesa do livre mercado, o que constitui uma ameaça às liberdades econômica, política e social.

Tudo que podemos dizer é que este é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional (Anderson, 1996, p. 56).

A considerar os grandes marcos do projeto neoliberal encabeçados pela direita mundial, destaca-se como a continuidade do imperialismo como forma de expansão do mercado internacional e a ligação com a economia mundial. A *globalização* se alinha ao projeto ideológico neoliberal com base na ação de um modelo de produção e acumulação do capital mundial e interligado. É a partir da reprodução desses ideais sociais, econômicos, políticos e culturais que a sociedade contemporânea deve ser analisada.

A fábrica global instala-se além de toda e qualquer fronteira, articulando capital, tecnologia, força de trabalho, divisão do trabalho social e outras forças produtivas. Acompanhada pela publicidade, a mídia impressa e eletrônica, a indústria cultural, misturadas em jornais, revistas, livros, programas de rádio, emissões de televisão, videoclipes, fax, redes de computadores e outros meios de comunicação, informação e fabulação, dissolve fronteiras, agilizam os mercados, generaliza o consumismo. Provoca a desterritorialização e reterritorialização das coisas, gentes e ideias. Promove o redimensionamento de espaços e tempos (Ianni, 2002 p. 19).

Dessa forma, o neoliberalismo em sua nova fase de imperialismo apresenta elementos de potencialização da meritocracia, competitividade do mercado, redução dos direitos trabalhistas e a desigualdade social. Isso demonstra que a bússola estatal na proposta neoliberal aponta para mecanismos de controle e de despolitização das relações sociais, de forjar as condições para o aumento da exploração da força de trabalho e direcionar cada vez mais o Estado para atender as demandas particulares de uma classe (Netto, 2012). Tendo como premissa a disciplina orçamentária, que no geral se desdobra na redução dos gastos com o bem-estar social, no período da pandemia de covid-19, acentuaram-se as contradições entre capital e trabalho.

Para além da crise de emergência sanitária, a pandemia acentua as desigualdades econômicas, sociais, trabalhistas e ambientais de um cenário prevalente de matiz neoliberal, produzindo desarticulações e desmantelamentos em todos os níveis. De acordo com Boaventura de Sousa Santos, a pandemia agravou a situação de crise a que a população mundial já estava sujeita, crise esta que vem se delineando desde meados dos anos 1970 com a ascensão do neoliberalismo (Delgado; Rocha, 2020, p.18).

As crises têm determinantes gerais e históricos, mas em geral, ela é em si um fenômeno endógeno do capitalismo (Filgueiras, 2010). Durante a pandemia, a política e os discursos da burguesia buscavam a solução da mesma a partir do próprio movimento de retomada da acumulação, ou seja, dentro do próprio ciclo capitalista, a partir da adoção de políticas e socialização dos prejuízos para a classe trabalhadora, que revelaram a situação de desproteção social, pobreza, desemprego estrutural, por exemplo.

## 2.2 Marcos do neoliberalismo no Brasil e os impactos na categoria profissional

A partir da compreensão da implementação das políticas neoliberais na sociedade, faz-se necessário entender como a política neoliberal se estabelece no Brasil e quais os seus desdobramentos na formação econômica-social no país. O neoliberalismo triunfou na América Latina em meados da década de 1970, sendo o

Chile pioneiro nesse ciclo. A nova política começa a designar uma onda de fenômenos sociais e econômicos, rebatendo, nesses países, as novas roupagens do neoliberalismo e apresentando novas estratégias para com a relação do estado perante a sociedade. Destaca-se que a experiência chilena demonstrou como a democracia não é um valor central para o neoliberalismo (Anderson, 1995).

No Brasil, o projeto neoliberal foi o último a ser implementado na América Latina, num período em que o país passava pelo período de redemocratização que culminou na Constituição Federal de 1988. Como citado no início do capítulo, o mundo vivenciava um processo de reestruturação produtiva que objetivava a ampliação das taxas de lucro sem perdoar a classe trabalhadora em nenhuma parte do globo, “[...] ainda que o proletariado da periferia tenha sofrido consequências indubitavelmente mais acentuadas” (Barros, 2018, p. 130), como a desregulamentação do trabalho, diminuição do emprego formal e ampliação da terceirização.

Diante desse processo, inicia-se a implementação no país das medidas ideológicas neoliberais. A partir da eleição de Fernando Collor, em 1989, há a unificação da economia do estado brasileiro frente ao projeto neoliberal que consagra-se difundido em 1990. A estratégia para implementar tal projeto contava com medidas de abertura do mercado, privatização de estatais e reformas trabalhistas, para isso, foi denominado o Plano Collor.

Apesar do impeachment sofrido em 1991 e a paralisação do plano, o projeto culminou com a construção de não apenas um novo modelo econômico, mas nas dimensões políticas, sociais e culturais na sociedade brasileira. Entretanto, com a inclusão do neoliberalismo na esfera política, o papel do Estado passa a perpetuar características de uma doutrina econômica focalizada no individualismo e na preponderância do mercado frente aos direitos sociais e trabalhistas.

Em 1995, durante a presidência, Fernando Henrique Cardoso deu segmento à implementação das características neoliberais na economia, mediante privatizações e reformas no Estado brasileiro.

Fernando Henrique participou de todas estas "descobertas" que nos obrigava a reverter o centro de nossas análises das economias pré-capitalistas que, segundo se acreditava até então, era o principal obstáculo ao desenvolvimento para buscar compreender as contradições que apareciam no interior do desenvolvimento, capitalista especial ou dependente em que encontrávamos (Santos, 1998, p.105).

As ideias implementadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso basearam-se nos princípios estipulados no Consenso de Washington, cujo encontro estabeleceu uma lista de recomendações econômicas construídas pelas instituições financeiras, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Este encontro tinha como objetivo combater as manifestações sindicais e concretizar a diminuição do papel do Estado na economia, aderindo a aberturas comerciais, ao processo de privatização de empresas estatais e a flexibilização das leis trabalhistas.

A consagração da doutrina neoliberal exige a implementação de diferentes medidas políticas e econômicas, como a austeridade fiscal, a desregulamentação do mercado financeiro e do mercado de trabalho (terceirizações, contratos trabalhistas precários, redução de salários e outros), a flexibilização de direitos sociais e a transferência da gestão de serviços públicos (educação, previdência social e saúde) para a iniciativa privada, repercutindo negativamente na classe trabalhadora. Com relação a esta última, vale salientar, que todas as ações neoliberais contribuem, diretamente e indiretamente, para a desmobilização, fragmentação e supressão de direitos dos trabalhadores, uma vez que, para a manutenção e avanço de seus projetos, a burguesia cria estratégias para a individualização e intensa exploração do trabalhador (Polycarpo; Rodrigues; Magalhães, 2018, p. 3).

O ciclo do neoliberalismo teve sua consolidação no governo Lula. Este deu seguimento à agenda econômica iniciada por FHC, através das privatizações e reformas, e políticas sociais compensatórias e focalizadas. Filgueiras (2006) explica que esse movimento propiciou uma harmonia entre o bloco dominante reduzindo o atrito político. Isso fica nítido pelo histórico das eleições presidenciais, nos quais o PT formou alianças “[...] com segmentos do capital e de forças conservadoras, no âmbito de partidos do campo da direita e do centro-direita” (Carvalho *et al* 2019, p. 42).

No caso da temática desta pesquisa, o impacto dessa mudança no padrão de acumulação reverbera no trabalho como um todo e, mais especificamente, no Serviço Social na política de saúde. No processo de defesa da propriedade privada e defesa da liberdade do mercado frente ao poder do Estado, a política passa a ser formulada perpassando o viés sócio-econômico vigente, priorizando o processo de acumulação do capital e reprodução de desigualdades sociais, em detrimento do fortalecimento de políticas sociais. Tal movimento impacta diretamente na profissão, mediante as novas formas de exploração da classe trabalhadora, contrapondo-se a defesa pela superação societária expressa no projeto ético-político profissional.

Assim, a despeito da implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da aprovação da Lei Federal 8.080/90 que garante uma política voltada à garantia do acesso universal e igualitário a todos, expressos pelo “Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício”, bem como pela responsabilização no Estado em formular e executar as políticas “§ 1º [...] econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação (Brasil, 1990)”, as políticas neoliberais conseguiram reter seu predomínio no SUS e executar estratégias de desvalorização do público sobre o privado, por meio do sucateamento do sistema, da política-propaganda e da privatização da saúde.

Diante disso, apesar dos avanços institucionais e constitucionais, o Sistema Único de Saúde ainda enfrenta diversos desafios referentes ao subfinanciamento dos serviços e com a competitividade do setor privado, que afetam diretamente o processo de trabalho dos profissionais da saúde pública que lidam com os retrocessos aos direitos trabalhistas e as condições de trabalho precarizadas. Percebe-se que a política neoliberal expandiu o mercado financeiro e, a partir do desenvolvimento tecnológico, trouxe diversas transformações econômicas e sociais que impactaram diretamente as políticas públicas e ampliaram a desigualdade social brasileira, tornando latente as expressões da questão social e apresentando novos desafios para o processo de trabalho dos assistentes sociais, como expressam Melo e Lessa (2017, p. 11)

A explosão neoliberal dos anos 1990 também se manifestou nesse campo com a criação de 1.267 entidades, sendo 340 Hospitais e 927 Outros Serviços de Saúde. Trata-se de momento de implementação de políticas que valorizam a transferência de ações e de recursos ao chamado Terceiro Setor na execução de políticas sociais. Nos anos 2000 até 2005, portanto, na passagem do governo FHC ao de Lula da Silva, foram criadas 902 entidades, com 193 Hospitais e 709 Outros Serviços de Saúde, revelando continuidade de práticas deste tipo, apesar da aparente descontinuidade de governos.

Sendo a política de saúde historicamente grande empregadora do Serviço Social. O impacto do avanço do neoliberalismo tem trazido rebatimentos para a profissão. Iamamoto (2009) parte da hipótese que na atualidade as políticas de governo vêm favorecendo o capital produtivo, ou seja, o Estado, capturado é pelo capital financeiro, o qual tem ampla liberdade para atuar sem regulamentação, com

transferência de lucro para a esfera financeira. Para a autora, “esse processo redimensiona a “questão social” na cena contemporânea, radicalizando as suas múltiplas manifestações” (Iamamoto, 2009, p. 21).

De acordo com Meneses (2010), a partir dos anos 1990 houve a transposição da responsabilidade da atuação no campo social do Estado para empresas, Organizações Não Governamentais e entidade filantrópicas, isso ampliou o quadro profissional ao passo que precarizou as relações e condições trabalhistas. Assim, os assistentes sociais têm seu trabalho determinado pelas condições históricas, numa sociedade mercantilizada pode ter seus processos de trabalho como uma merda “adequação do trabalho profissional às exigências alheias, subordinando a profissão ao mercado e sujeitando o assistente social ao trabalho alienado (Iamamoto, 2009, p. 34). De acordo com Dias, Lemos e Sales (2011), os efeitos do redimensionamento das políticas estatais têm se desdobrado em aderência à lógica racionalizadora, mudanças nas relações contratuais (concursos, contratos, profissionais cedidos, em desvio de função) as quais refletem o processo de precarização, aumento consciente da sobrecarga, dada a tentativa de qualificar o trabalho visto a dificuldade de mudanças efetivas nas condições trabalhistas.

### 2.3 Pandemia e os desdobramentos nas relações de trabalho

No início da pandemia, com as modificações geradas pela disseminação do vírus, os trabalhadores e trabalhadoras precisaram se adaptar rapidamente às exigências de um mercado de trabalho que foi cercado pelo desafio entre o risco de contaminação e a crise nas pequenas e grandes empresas. As diversas categorias de trabalhadores, incluindo os informais e desempregados, viram-se no cerne de uma contradição estando de um lado a necessidade de proteção à saúde e de outro a garantia material de sobrevivência. Diante dos desafios postos pelo contexto de crise, as alternativas de trabalho consistiram na expansão do uso da tecnologia.

Conforme indica Noemia Porto, os processos de descentralização produtiva e de flexibilização típicos do modelo toyotista incrementaram-se mediante o uso da tecnologia da automação e da informática que, além de promoverem a diminuição dos postos de trabalho formais e forçarem os trabalhadores a se empenharem em modalidades diversas de contratação – temporários, informais, terceirizados, subcontratados –, exigem daqueles que permanecem empregados o aumento na disponibilidade e a intensificação do ritmo de trabalho (Delgado; Rocha, 2020, p. 20).

Os novos processos de trabalho se expressam em contextos onde a produção em massa é modificada pela flexibilização da produção, de modo que novos padrões de produtividade sejam estabelecidos e se encaixem na lógica do mercado. A trajetória histórica do capitalismo e dos ideais do neoliberalismo, mostram como um longo processo de transição nas formas de produção foram cercados por diversos desdobramentos nos direitos dos trabalhadores.

Durante a pandemia, foi possível perceber como as categorias de trabalho informais deram um salto, trabalhadores terceirizados ou extras. Neste sentido, diante de um momento tão desafiador para o mercado de trabalho, os processos de manipulação ao trabalhador são potencializados, para continuarem operando no sistema capitalista mesmo com suas vidas em risco. Dessa maneira, enquanto as grandes empresas miravam em novas formas de valorização do capital, estes processos de contratação intensificaram a precarização do trabalho.

Além disso, é possível perceber como o crescimento do trabalho digital nos serviços por aplicativos em geral apontam novas formas de aumento de lucro das grandes corporações. Neste sentido, as modificações na produtividade visando uma redução de custos e transformações na mão de obra são o reflexo de como o avanço do neoliberalismo no contexto da pandemia se expressa sobretudo nesses fatores, que unidos, resultam na precarização do trabalho e nos ataques aos direitos trabalhistas. Lucca (2020, p.2) explica que no contexto na covid-19, a saída para a crise foi mais “flexibilização, mais informalidade, mais intermitência e mais precarização para a classe-que-vive-do-trabalho”.

A crise sanitária entra como uma emergência intensificadora das problemáticas no mundo do trabalho. Um dos componentes centrais da precarização foi a falta de proteção para os trabalhadores, sobretudo os da política de saúde, que atuaram diretamente com os contaminados pelo vírus no pico da pandemia. Os desmontes na legislação trabalhista foram um dos principais fatores para agravar a situação dos trabalhadores durante a pandemia expressos pelas demissões e pela redução dos trabalhadores das indústrias, mas também dos pequenos comércios, setor de vendas e educação.

Esse processo fez crescer o trabalho remoto como alternativa de se desviar dos riscos de prejudicar a sobrevivência nas casas e famílias em geral, mas arriscando ainda mais a saúde. A categoria dos entregadores de aplicativo refletiu o processo desgastante de trabalhar e correr tantos riscos em troca de uma

sobrevivência mínima. Tanto que durante a pandemia houve o movimento grevista *Breque dos Apps*, no qual os entregadores reivindicaram o fim dos bloqueios indevidos, equipamentos de proteção individual contra a covid-19, seguro contra acidentes, aumento das taxas por entrega.

Portanto, o processo de flexibilização da produção que o modelo neoliberal expressou durante a pandemia foi a expansão do trabalho por meio da tecnologia, a fim de aumentar a produção de forma mais rápida e reduzir os custos da mesma. Durante a crise sanitária o predomínio desse processo colocou a expansão tecnológica em evidência, modificando os modos de produzir e dispensando a mão de obra de muitos trabalhadores. A incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação manifestam também novas formas de controle, organização e gerenciamento do trabalho (Abílio, 2020), aprofundando o processo de precarização.

O contexto também tornou difícil a vida de trabalhadores de empresas que não possuíam tecnologia suficiente para se adaptar às demandas que exigiam imediatismo, na busca por alternativas que dessem continuidade a sua produção. Tal contexto gerou demissões, cortes de salário e mudanças nas condições de trabalho.

Esta processualidade própria da produção capitalista da “era digital” foi potencializada com o advento da pandemia da covid-19, contexto em que as TIC, notadamente sua aplicação nas diversas modalidades de trabalho remoto ou teletrabalho, tanto nas atividades materiais quanto nas atividades imateriais, funcionaram como um grande laboratório para o capital e seus representantes no aparelho de Estado, viabilizando a exponencial ampliação da produtividade do trabalho mediante a redução do trabalho vivo e a maximização do trabalho morto; a diminuição dos custos do trabalho; o aprofundamento das estratégias de controle e vigilância; a destruição de direitos e conquistas da classe trabalhadora (Raichelis, 2022, p. 8)

A expansão do trabalho digital na pandemia foi evidente, portanto, é importante entender a relação do processo de expansão nas modificações da produção, com a precarização do trabalho a partir da substituição do trabalhador ou nas transformações de suas funções. O teletrabalho ou o trabalho remoto tornou o trabalho de diversas categorias profissionais mais difícil ou precarizado para os que não tinham condições de manter essa nova forma de trabalho em suas casas para seguir as normas de isolamento social.

Essas modificações no trabalho presencial afetaram o modo de viver e a saúde dos trabalhadores em diversos aspectos, sobretudo no mental. Dessa forma, essas medidas de trabalho “emergenciais”, foram naturalizadas e as pessoas adotaram mesmo após a pandemia, no intuito de produzir mais com custos mais baixos e com resultados mais rápidos, o que conseqüentemente ocasiona uma

maior exploração do trabalho, que envolvem sobretudo a questão da precarização, transferências de custo para o trabalhador, terceirização e informalidade.

O mundo do trabalho no Brasil é marcado, atualmente, pela tríade: precarização, terceirização e informalidade. A terceirização é a forma por excelência do processo de precarização do trabalho no Brasil. Todos os indicadores referentes às condições de trabalho são piores no trabalho terceirizado, relativamente ao contrato fordista clássico. Por esse motivo, vive-se uma espécie de sociedade dos adoecimentos no trabalho. Se informalidade e precarização não são diretamente sinônimas, é possível afirmar, com base em pesquisas, que a informalidade também é um forte vetor da precarização, o que para Antunes é indício de que a devastação neoliberal do trabalho chegou ao Brasil. A precarização do trabalho tornou-se a regra e cada vez mais vai se espalhando, tanto nos setores privados, como públicos (Farias; Costa, 2020, p. 294).

No caso da incorporação dessas tecnologias nos processos de trabalho do Serviço Social, o conjunto CFESS/CRESS emitiu a nota “Teletrabalho e Teleperícia: orientações para assistentes sociais no contexto da pandemia”. A categoria se posicionou no sentido de denunciar que “[...] o teletrabalho ou trabalho remoto se insere como um dos experimentos para intensificar a exploração do trabalho e dificultar a organização política da classe trabalhadora” (Conselho Federal de Serviço Social, 2020, p. 2). Para o CFESS, a incorporação das Tecnologias da Informação e da Comunicação durante a pandemia provocou o debate sobre a segurança do trabalhador e do usuário, acesso aos direitos e condições éticas de trabalho.

Entender as modificações no mundo do trabalho na pandemia no Brasil diante do processo de trabalho de modo geral é essencial para fazer o recorte da realidade do assistente social nesse contexto. Para isso, faz-se necessário entender o significado sócio-histórico da profissão que, de acordo com Yazbek (2009, p. 3), só é possível a partir da análise da sua inserção na sociedade. A autora toma o conceito marxista de reprodução social, que é entendida como “[...] a reprodução da totalidade da vida social”, que reflete nas formas de produção de ideias, comportamentos, práticas políticas, etc.

O Serviço Social, estando numa sociedade de classes e participando do processo de reprodução social, por um lado assume os interesses da preservação do modo de produção capitalista quanto à sobrevivência dos trabalhadores. Historicamente, a profissão se legitima no Brasil, a partir dos anos 1930, numa perspectiva de regulação social, a partir do suporte estatal e da Igreja Católica. Nesse período, “[...] o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de

seus primeiros objetivos político-sociais, orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador contrário aos ideários liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja em face da “questão social” (Yazbek, 2009, p. 8). Isso ocorria num contexto de emergência da questão social no Brasil, na qual o Estado assumiu o papel de regulador das relações sociais com vistas a viabilizar as condições de nascimento do capitalismo brasileiro.

No decurso da trajetória da profissão, afetada pelas condições concretas da realidade, viu-se a construção da identidade do Serviço Social dentro da divisão social do trabalho, limites e possibilidades, especificidades e a tomada de lado na luta de classes. Na atualidade, dentro dos serviços socioassistenciais atuam no sentido de viabilizar os direitos sociais a partir do atendimento das demandas dos usuários e usuárias e no caráter socioeducativo contribuindo para a formação, luta e organização da classe trabalhadora (Yazbek, 2009).

Na saúde, enfoque deste trabalho, o Serviço Social tem sua entrada a partir do viés dos trabalhos com a comunidade. A característica principal são as práticas educativas de higienizar a vida privada. Nessa perspectiva, no campo da saúde pública, os determinantes sociais da saúde muitas vezes eram tratados isoladamente.

De acordo com Sodré (2010, p. 458), conviviam na saúde o modelo do hospital-fábrica e centros de saúde no modelo militar campanhista. Isso influenciou o espaço dos assistentes sociais na saúde pública a partir dos “[...] questionamentos de politização da saúde que não só se resumiam a esse modelo dual, mas a outras formas de inserção e outras formações de um discurso não hegemônico à saúde pública”.

Com o processo de transição para a acumulação flexível de capital, nos anos 1990, houve a naturalização das formas de mercantilização da vida, rebatendo no âmbito das políticas sociais a partir do crescimento do terceiro setor e do voluntariado/filantropia. Na saúde, isso se desdobrou na formação de uma “[...] indústria de equipamentos hospitalares, os cartéis dos planos de saúde, a indústria de medicamentos e as organizações não governamentais” (Sodré, 2010).

Além das repercussões já citadas advindas do contexto neoliberal, é necessário compreender quais outros elementos se somaram a esse processo. O CFESS/CRESS (2020, p. 2) apontou que na política de saúde, setor que se relaciona diretamente com o contexto da crise sanitária, visto que os hospitais

públicos e privados se encontraram lotados durante esse período, a principal questão foi “[...] assegurar condições de trabalho frente à precariedade, à ausência de EPIs, à intensificação das demandas e à fragilidade dos vínculos de trabalho decorrentes das contratações temporárias e urgentes”.

A precarização na saúde advindas do desmontes e ataques ao SUS aliada a crise sanitária, encontraram no terreno do isolamento social a possibilidade de aliar o processo de privatização do serviço público ao discurso da modernização através do trabalho remoto. Nessa perspectiva, é importante analisar como gênero e raça são aspectos que se potencializam com a precarização do trabalho e impactam diretamente na saúde da categoria profissional.

O trabalho em home office impacta em transferência de gastos aos trabalhadores, diluição do espaço público e privado, diminuição do tempo de descanso, dificuldade de organização da classe trabalhadora, entre outros (Conselho Federal de Serviço Social, 2020). Sendo o Serviço Social uma profissão majoritariamente feminina, o CFESS aponta que além da sobrecarga de trabalho “às tarefas domésticas, às possíveis dificuldades de acesso a benefícios trabalhistas, como auxílio-creche e auxílio-alimentação” são incorporados ao processo de trabalho.

### **3. ELEMENTOS IDEOLÓGICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS QUE ANTECEDERAM E IMPACTARAM NA CRISE PANDÊMICA**

O capítulo em questão faz uma análise da trajetória política, econômica e social, que trouxe consequências dos anos do início da crise de 2014 até a pandemia. A crise sanitária, econômica e política encontra suas raízes antes mesmo de 2020. Como explicado anteriormente neste trabalho, a crise ocorreu mundialmente, entretanto apresentou particularidades no Brasil devido sua formação sócio-histórica, explicitadas, por exemplo, pela herança escravocrata e ditadura empresarial-militar. Com relação ao período apresentado, será apresentada a trajetória dos direitos trabalhistas e desmontes que aconteceram durante os períodos de 2014 a 2019. Além disso, o capítulo relaciona as crises econômicas, a implementação da EC 95, as contrarreformas do trabalho e o avanço do neoconservadorismo com as problemáticas da retirada de direitos sociais, trabalhistas e da precarização do SUS.

#### **3.1. Crise econômica, política e os rebatimentos na política de saúde**

No contexto econômico do segundo mandato de Dilma Rousseff em 2014, houve a tentativa de se realizar uma “nova matriz macroeconômica”, com a finalidade de incentivar o crescimento econômico, que durou apenas no primeiro trimestre do ano de 2014. Após o segundo trimestre, o Brasil enfrentou uma enorme recessão econômica, que se prolongou até o fim de 2016 com quedas no PIB e desaceleração no ritmo de crescimento da economia.

A assim chamada “nova matriz macroeconômica” foi uma tentativa do governo da presidente Dilma Rousseff de impulsionar o crescimento econômico através de uma combinação de desonerações tributárias, depreciação da taxa nominal de câmbio e redução da taxa básica de juros. A equipe econômica do governo partia do diagnóstico de que a desaceleração do crescimento econômico brasileiro era um problema de demanda agregada que tinha sua origem no recrudescimento da crise econômica internacional, em função dos problemas de endividamento soberano dos países da área do euro. A “nova matriz” conseguiu produzir uma aceleração temporária do ritmo de crescimento econômico. No período compreendido entre o terceiro trimestre de 2012 ao primeiro trimestre de 2014, a economia brasileira consegue sustentar um ritmo anualizado de crescimento superior a 2,5% (Oreiro, 2017, p. 76).

Nesse sentido, medidas tomadas que já vinham do primeiro mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff, não conseguiram suprir as necessidades da economia

brasileira. O período de grande recessão foi cercado de uma contração monetária, desafios para os investimentos públicos, o que interferiu em diversos setores públicos. Seguindo o segundo mandato, Dilma Rousseff venceu com margem menor que na sua primeira disputa eleitoral. Entretanto, após em março do mesmo ano, movimentos pedindo seu impeachment assolaram o Brasil.

Anderson (2020) afirma que o processo culminou nesse momento histórico a partir da queda de crescimento econômico e aumento da inflação. Durante seu primeiro mandato, em 2013, ocorreram uma série de manifestações, que apesar de demandar um estudo à parte, apontam a formação de uma insatisfação generalizada com a máquina pública e hostilidade ao Estado. Ao mesmo tempo, as mídias intensificaram o bombardeio ideológico contra a ex-presidenta.

Em 2014, Joaquim Levy assumiu o Ministério da Fazenda, no qual promoveu um arrocho fiscal. Acrescido a esse movimento, o Banco Central aumentou a taxa de juros, empurrando o país a uma recessão generalizada. Outro fator importante nesse ambiente de insatisfação foi o estelionato eleitoral realizado pelo PT ao não cumprir promessas de campanha, isto impactou naqueles que acreditaram num projeto que teve vitória nas urnas, mas que factualmente teve o do adversário vencedor.

Apesar de Anderson (2020) apontar que economicamente o Brasil passava por uma recessão bem menor que países europeus, a oposição investiu na construção de um cenário onde o martírio parecia ser maior do que realmente era. Ademais, acrescenta-se que houve pouca mobilização das bases que ajudaram a eleger o governo. Parte dessa parcela retirou seu apoio após as consequências da austeridade, escândalos de corrupção. Assim, o apoio popular que poderia ter sido a solução para manter Dilma na presidência foi perdido.

Em abril de 2016 foi dado golpe parlamentar motivado por questões políticas. Na mesma data, os votos favoráveis ao impeachment indicam elementos para as seguintes eleições brasileiras. Durante o afastamento da ex-presidenta, assumiu o vice-presidente Michel Temer (PMDB) que trouxe um pacote de medidas que garantia uma suposta estabilização econômica. Esse pacote significou um avanço nas medidas neoliberais com o discurso de controle da "gastança" feita pelos governos antecessores, que se desdobraram através da Emenda Constitucional 95 e a contra reforma previdenciária.

O programa brasileiro para implementação do teto de gastos foi aprovado em 15 de dezembro de 2016. A Emenda Constitucional 95 teve como proposta implementar um novo regime fiscal pelos próximos 20 anos. O conjunto de medidas neoliberais consistiu no controle de “gastos” que se estendiam a outros mandatos, com a finalidade de cortar investimentos em serviços e políticas públicas fundamentais.

Base para isso já vinha sendo desenhado pelo PMDB a partir do documento Ponte para o Futuro, na qual afirma que “[...] as discussões sobre o tamanho e o escopo do Estado quase sempre se movem no vazio, porque a questão central é que o Estado deve ser funcional, qualquer que seja o seu tamanho” (PMDB, 2015, p. 4) também responsabiliza a crise pelo excesso de gastos do Governo Federal e pela ampliação de criação de programas e admissão de servidores públicos. Esse documento já apontava articulações para o golpe, bem como de projeto de sociedade prezado, sendo explicitado, por exemplo pela defesa do fim das “[...] vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação” (PMDB, 2015, p. 9) e de uma política fiscal que interrompesse o crescimento da dívida pública a partir da obtenção do superávit primário.

Esse projeto se daria a partir de uma série de contrarreformas, normas tributárias, desoneração de impostos e desempenho do papel fiscal do Estado (Ferreira, 2023) que rebateram sobre a pandemia e o mundo do trabalho. Ferreira (2023) aponta que entre 2000 e 2014 as leis de diretrizes orçamentárias deveriam observar a obtenção de metas para o superávit primário. Entretanto, a partir de 2015, as metas se destinam a limitar os recursos de forma a garantir o pagamento dos juros da dívida pública.

Após o golpe de 2016, Henrique Meirelles assume o ministério da fazenda na qual propõe novo regime fiscal para atender a dívida pública, a partir da Proposta de Emenda Constitucional 241 (futura Emenda Constitucional 95). Essa PEC, que ficou famosa como “teto de gastos”, limitou seu uso às despesas primárias e dispensou o pagamento da dívida pública fora do teto.

Nesse sentido, a implementação do teto de gastos afetou diretamente a promoção e garantia dos direitos básicos, pois ao propor o corte de investimentos em serviços básicos como saúde e educação, não teria como favorecer o desenvolvimento econômico a partir dos investimentos nas políticas públicas básicas, pois o Teto de Gastos com as despesas primárias incidiram diretamente na

“desvinculação das despesas obrigatórias com a saúde e educação”, como afirmado pelo Ministro da Fazenda da época, Henrique Meirelles. O corte da metade dos orçamentos e investimentos para manutenção e expansão dos serviços públicos, bem como políticas públicas fundamentais, refletiu o desvio dos princípios básicos constitucionais, uma vez que, a medida afetou diretamente o gozo dos direitos básicos pela população.

No que diz respeito à política de saúde, o SUS desde sua criação vive um crônico processo de desfinanciamento que rebata em baixa remuneração, limitação da infraestrutura e filas nos serviços. A solução que o capital fornece frequentemente é a privatização do direito social. Durante a pandemia, por exemplo, o ministro Ricardo Barros afirmou que era ministro da saúde e não ministro do SUS. A fala foi feita após a defesa da criação de um plano de saúde popular.

Durante a pandemia, o Conselho Nacional de Saúde afirmou que entre 2018 e 2010 o SUS perdeu cerca de R\$22,5 bilhões de reais devido à EC 95. Somado a isso, entre 2014 e 2017 houve um aumento na população que dependia exclusivamente do SUS (Gaiger, 2021). O efeito disso foi o aprofundamento da crise sanitária, aumento do número de mortes, lentidão na compra das vacinas (motivada também por vontade política), etc. Gaiger (2021) indica que os países que mais investiram no controle da disseminação do vírus foram os que tiveram menor recessão econômica e gastaram menos recursos nas ações de frear a pandemia.

### 3.2. Impactos da crise no mundo do trabalho

Neste tópico, é importante compreender como a crise sanitária fragilizou o mercado de trabalho, que já vinha de um contexto de quatro anos de desmonte, o que ressaltou as dinâmicas do trabalho informal, taxas de emprego e desemprego, assim como os rebatimentos no setor público e privado. Assim, as características estruturais da economia brasileira, mostram que as modificações nas legislações trabalhistas e de renda, de nada servem para contribuir na expansão do mercado de trabalho. Portanto, neste tópico a exposição se baseará nos impactos no mercado de trabalho após um longo contexto de deterioração no mundo do trabalho, intensificando as formas de precarização ao longo da crise pandêmica.

A precarização do trabalho advém das conjunturas econômicas brasileiras e das medidas das gestões do poder executivo federal, com a finalidade de diminuir a renda e aumentar a “flexibilização” do trabalho. Isso reflete como

A subordinação do poder político pelas forças da acumulação no regime capitalista exige que qualquer debate sobre o aprofundamento da democracia (e, inclusive, dos direitos sociais) deve necessariamente contemplar os problemas relativos socialização da posse e apropriação da propriedade e da riqueza (Wood, 2003 apud. Júnior, 2018, p.100)

Diante desse processo de naturalização do ordenamento capitalista, as modificações no mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, mercantilizam as formas de vida e o trabalhador, afetando as condições de trabalho em diversos setores, assim como os salários da classe trabalhadora. Tal questão evidencia as formas de trabalho na subproletarização, como: a subocupação, trabalho parcial, precário, terceirizado, informal, dentre outros. Segundo Ceolin (2014), trata-se de tentativa do capital de recuperar seu ciclo de produção e repor seu projeto de dominação societal.

Esse processo de recuperação é parte do movimento cíclico do capitalismo. De acordo com Fontes (2017), o modo de ser da sociedade não pode ser reduzido a fórmulas, entretanto um modo de produção conserva ao mesmo tempo formas antigas e atuais de reprodução da vida. As forças produtivas que se desenvolvem no interior do modo de produção capitalista e, ainda que não na mesma proporção, o crescimento dos valores de capital (não só de seu substrato material) num ritmo muito mais acelerado que o crescimento da população, contradizem a base cada vez mais reduzida – em relação à riqueza crescente – para a qual opera essa enorme força produtiva e as condições de valorização desse capital em expansão).

Ou seja, em última instância as crises se devem pelo contraste entre a gana de produção dos capitalistas e a capacidade de consumo da classe trabalhadora. Fontes (2017) acrescenta que além da superprodução, as crises podem ser geradas pela destruição lucrativa (guerras), pela obsolescência programada, pela concorrência acirrada, pela ruptura sociometabólica entre humanos e natureza.

A crise sanitária, econômica e política que ocorreu a partir de 2019 tem seus precedentes numa crise geral de acumulação mundial do capitalismo. Como já citado, o neoliberalismo é a resposta encontrada pela burguesia na tentativa de retomar o crescimento da taxa de lucro e de acumular riqueza. O desdobramento do

neoliberalismo foi a ofensiva sobre a classe trabalhadora principalmente nos países de capitalismo dependente (Behring, 2018).

O mesmo ocorreu durante o governo de Jair Bolsonaro a partir de medidas emergenciais para combater a covid-19. Nesse caso, foi apresentado o “Orçamento de Guerra” que buscava instituir um regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento da calamidade pública nacional decorrente de pandemia internacional (Brasil, 2020). A respectiva proposta, segundo Carneiro (2020), autorizava temporariamente o salvamento dos mercados financeiros e bancos, como pode ser visto no trecho abaixo.

§ 9º O Banco Central do Brasil, limitado ao enfrentamento da calamidade pública nacional de que trata o caput deste artigo, e com vigência e efeitos restritos ao período de sua duração, fica autorizado a comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, nos mercados secundários local e internacional, e direitos creditórios e títulos privados de crédito em mercados secundários, no âmbito de mercados financeiros, de capitais e de pagamentos.

§ 10. Na hipótese do § 9º deste artigo, o montante total de cada operação de compra de direitos creditórios e títulos privados de crédito pelo Banco Central do Brasil (Brasil, 2020, p. 5).

Ao observar a priorização constante ao lucro das empresas, manutenção dos bancos, têm-se de outro lado uma crescente massa de trabalhadores desempregados. Apesar da dedicação em entender esse fenômeno, Filgueiras (2023) aponta que a burguesia tem dado as cartas quanto aos motivos para essa mudança no mundo do trabalho. O autor resume essa construção ideológica a partir da necessidade de flexibilização dos direitos, adaptação às mudanças tecnológicas, reorganização da produção e do trabalho sob pena de aumento do desemprego e restrição de políticas públicas e solução individual. Vê-se, nas entranhas dessa ideologia, a legitimação da destruição dos direitos.

Em 2017, o Brasil aprovou a contrarreforma trabalhista - Lei nº 13.467/2017 - que não cumpriu com a promessa de novos postos de trabalho. Viu-se, na verdade, o aumento do trabalho informal e a desvalorização do salário mínimo. Segundo Gurgel (2022), a respectiva contrarreforma violou os postulados protetivos do Direito do Trabalho e transferiu os riscos do mercado para os trabalhadores, desenvolvendo um grupo de trabalhadores empreendedores. Amaral (2021, p. 62) acrescenta que essas legislações “[...] introduzem novas modalidades de regulação do trabalho, o mercado de trabalho se revela como mais flexível e informal do que estruturalmente já o era”. Assim, no contexto de pandemia, precariedade do trabalho, a

informalidade foi sugerida não só como solução momentânea, mas também permanente.

Durante a pandemia, na qual as medidas de saúde orientadas pela Organização Mundial da Saúde, foram de restrição da circulação, através do lockdown, e distanciamento social, houve um impacto no mundo do trabalho. Essas mudanças se expressaram a partir do trabalho remoto e a expansão de trabalhadores mediados pelas Tecnologias da Informação e Comunicação e Inteligência Artificial, a chamada uberização do trabalho. Sobre esses últimos, é relevante pontuar a não regulação do trabalho e a ausência de vínculo empregatício com as plataformas digitais e direitos trabalhistas (Silva, 2020).

Ao analisar o trabalho no contexto da pandemia, Ianni *et al* (2022) corrobora que a economia do trabalho precário se tornou o meio necessário para a continuidade da reprodução social e econômica. Dessa forma, os pilares tradicionais do mundo do trabalho, como jornada definida, foram modificados, ao passo que a incerteza, os riscos, a proteção social e as condições de trabalho se tornaram responsabilidade da classe trabalhadora. Esses elementos configuram uma tendência de subemprego, subcontratação, contratos temporários e informalidade, flexibilização das relações trabalhistas. Porém, isso

[...] não significa a perda da centralidade do trabalho na sociedade, ao contrário, ela se mantém como um dos vetores importantes na organização das sociedades, nas relações sociais entre indivíduos e grupos, porém, reconfigurada pela forma individualizada, fragilizando a construção de identidades e coesão coletivas típicas da sociedade industrial, e imputando os sentimentos de insegurança e culpa aos trabalhadores (Ianni *et al.*, 2022, p. 862).

Também enquanto necessidade, a princípio justificada pela necessidade de conter a alta propagação do vírus, o trabalho em *home office* traz outras questões importantes. Apesar de o teletrabalho ter contribuído para a redução de tempo no trânsito e autonomia no tempo, o mesmo tem desvantagem maior jornada de trabalho, a sobreposição entre trabalho e vida pessoal (Castilho; Silva, 2020,), pressões por metas e falsa autonomia sobre a gestão do tempo de trabalho (Amaral, 2021). Outro ponto importante é que a modalidade de teletrabalho perpassa a discussão sobre a transferência dos custos operacionais do trabalho ao empregado, as condições ergonômicas que impactam a saúde dos trabalhadores. Na dimensão ideológica, o trabalho remoto impactou na convivência entre trabalhadores, na

sociabilidade e no fortalecimento do processo de formação da consciência de classe.

Além da Emenda Constitucional 95, a reforma trabalhista de 2017 trouxe um conjunto de normas a partir de políticas públicas ligadas ao trabalho. A população que depende do trabalho para sobreviver, se deparou com a contrarreforma trabalhista e os ataques aos direitos trabalhistas.

A reforma se apresenta como ferramenta para promover essa venda e melhorar as condições do negócio (promete aumentar a formalização nos países subdesenvolvidos [vide Parecer do Congresso para a reforma no Brasil]), e reduzir a dualidade do mercado de trabalho nos países europeus (vide OECD, 2012). Para tanto, ela declara visar o comportamento dos empregadores, fazendo com que contratem mais. Isso ocorreria por meio da “flexibilização” da legislação (Filgueiras; Lima; Souza, 2019, p. 234).

As reformas aprofundaram a flexibilização e contratações no mercado de trabalho, bem como aumentaram a informalidade nos países subdesenvolvidos, refletindo as estruturas de poder na sociedade. Segundo Filgueiras (2019), os impactos de uma reforma, dependem da sua efetividade, sendo importante considerar os impactos econômicos, jurídicos e sociais. Cada um, se relaciona com um setor que envolve o mundo do trabalho, os fatores econômicos, por exemplo, se relacionam com a redução de custos no trabalho a partir de medidas e alterações aplicadas na legislação do trabalho.

Os fatores jurídicos têm relação com a supressão de direitos, ou seja, a eliminação de direitos que garantem a proteção ao trabalhador, com o rompimento de contratos típicos de trabalho. Já os fatores sociais, identificam a partir dos fatores anteriores, a precarização do trabalho, devido às medidas que se julgam eficazes em uma reforma. Medidas como: contratos mais “flexíveis” que propõem redução dos custos de trabalho, porém com diminuição de salário, mesmo que a jornada de trabalho não seja alterada.

Durante o governo Temer, a reforma trabalhista, a Emenda Constitucional 95 e a Reforma da Previdência trouxeram diversas modificações que resultaram na precarização da vida e do trabalho de muitos brasileiros e brasileiras. O planejamento para implementação de medidas como os reajustes nos salários de acordo com a inflação, desvinculação com os orçamentos de políticas públicas básicas de educação e saúde, a contrarreforma permitindo a livre negociação, ou seja, a flexibilização das condições de trabalho e projetos de terceirização, refletem o momento de desmontes que foram evidenciados após os cortes orçamentários já

vivenciados anteriormente. Conforme afirma Bridi (2020) essas reformas foram um golpe para a classe trabalhadora, pois o sistema de proteção social foi assumido pelo capital financeiro que tem como ordem mundial a flexibilização e desregulamentação dos contratos de trabalho e responsabilização individual pelo desemprego.

Entretanto, diferente do que pregaram os apoiadores da reforma, desde sua implementação, o que os dados estatísticos mostram foi a queda das taxas de ocupação e o crescimento do trabalho informal.

Como o saldo do emprego formal após a reforma é pífio, a participação do trabalho parcial e intermitente nesse resultado alcança 26,7% até maio de 2019. Contudo, as vagas formais mantidas com tais contratos são ínfimas face à variação de arranjos semelhantes na informalidade. Enquanto empregos formais com contratos intermitentes e parciais cresceram 108.583 entre a implementação da reforma de maio de 2019, a PNAD informa que, entre outubro 2017 e maio 2019 surgiram 951 mil novos subocupados, trabalhando menos do que 40 horas semanais. Eles seriam o público típico para a formalização por meio das novas modalidades de contrato (Filgueiras, 2019, p. 38).

Portanto, diante desses anos de queda no mercado de trabalho, é importante entender como as reformas são um elemento de controle do capital, se mostrando uma medida ineficiente ao longo de cada ano de crise vivenciado no Brasil, seja por questões externas ou internas. Com a chegada da pandemia as dinâmicas da economia, reforçaram o caráter de planejamento para o trabalho, sua ligação com os ideais neoliberais e suas formas de renovação e recuperação a partir da exploração e precarização do trabalho.

### 3.3 Ascensão do neoconservadorismo e o retrocesso nos direitos sociais e trabalhistas no Brasil

(...) Na primeira noite eles se aproximam  
e roubam uma flor  
do nosso jardim.  
E não dizemos nada.  
Na segunda noite, já não se escondem;  
pisam as flores,  
matam nosso cão,  
e não dizemos nada.  
Até que um dia,  
o mais frágil deles  
entra sozinho em nossa casa,  
rouba-nos a luz, e,  
conhecendo nosso medo,  
arranca-nos a voz da garganta.  
E já não podemos dizer nada. (...)

- Eduardo Alves da Costa

O trecho do poema de Eduardo Costa, apesar de se referir a um momento histórico do Brasil, dialoga com as aspirações de um antigo projeto de nazifascismo almejado pela direita mundial. Por isso, nesse tópico, abordaremos como o levante dessas forças conservadoras influenciaram na dinâmica ideológica-política e no processo de declínio dos direitos sociais e trabalhistas, impactando na precarização do trabalho dos(as) assistentes sociais no Brasil. Assim, será abordado como o conservadorismo se configura como um pensamento ideológico que procura reproduzir seus valores e normas para a sociedade, o surgimento do neoconservadorismo na contemporaneidade e as suas formas de aliança com a política neoliberal.

O conservadorismo surge no período da Revolução Francesa, especificamente, na Inglaterra e nos Estados Unidos, por pensadores distintos. Edmund Burke foi um dos principais fundadores do pensamento político conservador no decorrer da Revolução Francesa. Suas reflexões sobre a ideologia revolucionária tiveram um grande impacto na opinião pública da Inglaterra contra a reestruturação política Francesa.

Há relativo consenso, no debate sobre o pensamento social e político fundado na modernidade, quanto às reflexões sobre a revolução na França (2014), de Edmund Burke, constituírem-se como ponto de partida do conservadorismo clássico. Manifesto dos interesses políticos e econômicos aristocráticos, as Reflexões se estabelecem como o marco da tradição conservadora (Souza, 2016, p. 362).

Segundo Souza (2016), Burke insere uma ideia clara e central ao conservadorismo: aquela segundo a qual a política deve ser feita por proprietários, pois estes seriam sujeitos “naturalmente” propensos à preservação da ordem e à manutenção da sociedade vigente. Diante disso, percebe-se o surgimento de uma ideologia pautada na defesa de uma moralidade religiosa alinhada às bases centrais do sistema capitalista, tendo como principais ideais, a garantia da propriedade privada e a acumulação do capital. É importante analisar que o conservadorismo defendido por Burke, não se opõe ao sistema capitalista vigente, mas às novas mudanças sociais, políticas e culturais que estavam sendo demandadas pela Revolução Francesa e pela capital.

Burke quer a continuidade do desenvolvimento econômico capitalista sem a ruptura com as instituições sociais pré-capitalistas (o privilégio da família, as corporações, o protagonismo público-temporal da Igreja, a hierarquia social cristalizada etc.). E considera que a revolução é a excrescência desnecessária que efetiva essa ruptura. Sinteticamente, poder-se-ia afirmar que Burke deseja um capitalismo sem a Modernidade (Escorsim Netto, 2011, p. 45).

No Brasil, a ascensão do conservadorismo ao poder no Brasil se propagou, principalmente, pela disseminação de correntes que se baseiam no fundamentalismo religioso e no ressurgimento do antigo anticomunismo. O economista José da Silva Lisboa, conhecido como Visconde de Cairu, é considerado um dos principais influenciadores do conservadorismo no país. Apesar do pensamento conservador brasileiro ter inspiração no conservadorismo europeu, nacionalmente, os conservadores souberam lidar com as transições e continuidades passadas pela sociedade brasileira ao longo da história, fato diferente do conservadorismo clássico (Ferreira, 2010; Botelho, 2010; p. 13). Miguel (2016, p. 593) faz um importante alerta ao afirmar que é equivocado, ao se tratar dessa corrente, falar apenas em “bancada evangélica”, pois “[...] a expressão não apenas ignora diferenças entre as denominações protestantes como deixa de lado a importante presença do setor mais conservador da Igreja Católica”.

Assim, nacionalmente, o pensamento conservador brasileiro possui em sua gênese elementos católicos, porém, defende a propagação política de ideias conservadoras, podendo ser adotado e defendido por crentes de outras religiões e até mesmo ateus (Garschagen, 2016). Dessa forma, compreende-se que o conservadorismo na América Latina, apesar de conter influência europeia e norte americana, apresenta especificidades vinculadas às particularidades da região na qual se encontra.

Ao longo da construção do período Imperial brasileiro, a influência conservadora foi ganhando destaque na esfera de consolidação de um Brasil com passado colonial. É apenas no pós-independência que o conservadorismo passa a sofrer uma divergência com os intelectuais liberais, ao longo do período republicano brasileiro e o que faz iniciar o movimento de ruptura com o conservadorismo tradicional.

O Neoconservadorismo é uma corrente ideológica que se organizou no final dos anos 1960 nos EUA. Os interesses desse grupo se articulam com os interesses neoliberais no que Apple (2003) chama de aliança conservadora. Dessa forma, consideramos o neoconservadorismo como uma categorização do movimento ideológico-político burguês, vinculado à estrutura neoliberal para fortalecer os ideais tradicionais alinhados ao novo papel do Estado após a crise de 1970.

Neoconservadores são um dos grupos que compõem a Nova Direita, um conceito que passou a ser utilizado na literatura estadunidense e europeia para designar um movimento que teve início por volta dos anos de 1960 (Clarke; Newman, 1997; Afonso, 1998; Apple, 2000, 2003 *apud* Gomes; Moreira, 2019). No Brasil, desde a articulação contra o governo de Dilma Rousseff, com o impeachment de 2016, o país passou por substanciais retrocessos sócio-políticos vinculados ao avanço do neoliberalismo e do neoconservadorismo no governo.

Os avanços do neoconservadorismo em todas as esferas sociais no país se tornaram evidentes a partir das eleições de 2018. Tal processo culminou na vitória do governo Bolsonaro que apresentava apoio ao militarismo, anticomunismo, fundamentalismo religioso e a disseminação do moralismo embarcado de preconceitos contra as minorias. No período de governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, tornaram-se evidentes as expressões das desigualdades econômico-sociais, sendo materializadas pela dificuldade ao acesso aos direitos, na ausência do respeito à diferença, da livre expressão de orientação sexual e igualdade de pertencimento ético-político-religioso, tais projetos governamentais além de não atenderem as demandas minoritárias, propagavam discursos moralistas que potencializam nos desmontes sociais

No contrapelo das necessidades da classe-que-vive-do-trabalho, a nova direita faz uma forte oposição às conquistas dos subalternos, sejam elas no campo econômico e socioambiental, sejam no campo do reconhecimento das suas identidades culturais, religiosas e de orientação sexual, direitos que não são excludentes e que têm, no fundamentalismo religioso e no moralismo, o seu maior obstáculo (Terezinha, 2022, p. 3)

Tal conjuntura impacta diretamente na saúde e no processo de trabalho, especificamente, dos (as) assistentes sociais, que faz no Código de Ética Profissional de 1993 a defesa pela liberdade, defesa dos direitos humanos, posicionamento a favor da equidade e justiça social, respeito à diversidade e “[...] opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (Conselho Federal de Serviço Social, 1993, p. 24). A regressão no campo dos direitos, a violência política e o fortalecimento de um Estado vinculado à agenda neoliberal, tornaram ainda mais visíveis os desafios para com o enfrentamento à nova direita.

O crescimento do desemprego e das formas precarizadas de trabalho, aliado à regressão da renda e dos direitos fundamentais com a erosão das políticas públicas universais e sua substituição pelas ações sociais focalizadas e pontuais, de um lado, e a militarização dos conflitos sociais, a prática do encarceramento e o crescimento das práticas de exceção contra

os subalternos, de outro, criou um ambiente político de medo e de insegurança impondo um conjunto de limites e de desafios às resistências e lutas populares (Terezinha, 2022, p. 3).

Na saúde, as políticas adotadas pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro durante o enfrentamento a covid-19 repercutiram diretamente no nível de letalidade da doença, seja pelo orçamento impactado pelo crônico desfinanciamento do SUS, quanto pelo negacionismo nos discursos antivacina.

Em plena pandemia ainda descontrolada no país, os cortes de gastos nas políticas públicas se aprofundam. A saúde perdeu cerca de 2 bilhões de reais, sendo que a pesquisa de três programas da FIOCRUZ, por exemplo, e que tem sido decisiva no combate à Covid-19 e produção de vacinas, perdeu cerca de 10 milhões de reais. [...] o TCU vem sinalizando um curso de paralisação do Estado brasileiro, frente à asfixia do orçamento em 2021 e com tendência de continuidade em 2022. O orçamento federal de 2021 foi sancionado com um corte de quase 30 bilhões de reais nos gastos discricionários – de manutenção e investimentos nas políticas públicas (Ferreira; Helena; Barros, 2022, p. 261)

Baseado no que foi exposto, viu-se que o neoconservadorismo se instrumentaliza como uma coligação política neoliberal repercutindo na sociedade brasileira um projeto de poder da classe dominante com viés moralista e reproduzindo as diversas expressões da violência, do preconceito e da desigualdade presente na sociedade capitalista. Ou seja, o capital e o projeto conservador apresentam convergências na medida em que utilizam da ideologia como um instrumento de aprofundar a exploração e dominação de classe. Diante disso, é oportuno afirmar o fortalecimento da opressão aos grupos minoritários e ao desrespeito à diversidade, ao avanço cultural e democrático no país, impactando, especificamente, a classe trabalhadora. Aqui concorda-se com Brecht (1935, n.p.)

Aqueles que são contra o fascismo sem serem contra o capitalismo, que lamentam a barbárie que sai da barbárie, são como pessoas que desejam comer carne de vitela sem matar o bezerro. Eles estão dispostos a comer o bezerro, mas não gostam da visão de sangue. Eles ficam satisfeitos com facilidade se o açougueiro lavar as mãos antes de pesar a carne. Eles não são contra as relações de propriedade que geram a barbárie; eles são apenas contra a própria barbárie. Eles levantam as suas vozes contra a barbárie e fazem-no em países onde prevalecem exatamente as mesmas relações de propriedade, mas onde os açougueiros lavam as mãos antes de pesar a carne.

## 4. O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE SAÚDE SOB A PANDEMIA

Neste capítulo, abordaremos o trabalho do assistente social e os aspectos centrais que foram consequências e indicadores na precarização do trabalho profissional. Além das consultas às notas do Conselho Federal de Serviço Social, foram utilizadas as entrevistas com os profissionais que atuaram na linha de frente no combate à pandemia. As entrevistas foram realizadas com três assistentes sociais que trabalharam na linha de frente durante a pandemia de covid-19. Os três profissionais, dois homens e uma mulher, são funcionários de um hospital de referência no norte e nordeste do Brasil. Este está localizado na Região Metropolitana do Recife e é caracterizado como de alta complexidade. As entrevistas foram realizadas durante um trabalho acadêmico realizado na disciplina Pesquisa em Serviço Social e utilizadas como fonte de dados para esse trabalho.

A abordagem se baseia em como o contexto, político, social e econômico, foram pontos que influenciaram na precarização da saúde, e, conseqüentemente, no trabalho do assistente social. Além disso, o capítulo aborda como o trabalho no âmbito hospitalar envolve os diversos riscos de contaminação e morte, tornando os profissionais ainda mais vulneráveis. Tal contexto expressa as consequências para saúde mental dos profissionais, assim como questões de gênero e raça que se mostraram predominantes no processo de enfrentamento à crise sanitária.

### 4.1 A precarização do trabalho do assistente social na política de saúde

Diante da análise de aspectos históricos, econômicos, políticos e sociais, o processo de precarização do trabalho do assistente social na política de saúde se anexou em todo o processo de desmontes vivenciados nas crises econômicas. A precarização se tornou um resultado da lógica neoliberal e sua inserção na conjuntura econômica. Assim, no tópico da precarização do trabalho, após discussão dos componentes e determinantes de um trabalho precarizado, é necessário traçar o contexto de desafios para atuação profissional durante a pandemia.

[...] a condição assalariada de inserção profissional no efetivo exercício, mediada pelas demandas e requisições do mercado de trabalho, sintetiza tensões entre o direcionamento que a profissão pretende imprimir em seu

trabalho concreto e as determinações do trabalho abstrato, inerente ao trabalho capitalista. (Iamamoto, 2007, p. 214 *apud* Ceolin, 2014, p. 241)

A dinâmica do trabalho profissional está vinculada às diversas demandas que são construídas a partir das relações sociais de produção e suas contradições na sociedade capitalista. Nesse sentido, o conjunto das relações sociais e as formas de reprodução dos processos de vida são objetos da atuação profissional no quesito de análise das produções da realidade social inserida nos diversos determinantes construídos historicamente.

Entender o processo de trabalho do assistente social e a realidade em que ele se inseriu, sobretudo no contexto de pandemia, traz componentes que refletem a precarização do trabalho do assistente social na política de saúde. Os componentes analisados nos tópicos anteriores são essenciais para compreender a relação do trabalho do assistente social na política de saúde. Tal processo se desdobra ao analisar como a dinâmica do trabalho, do modelo neoliberal e a manutenção e favorecimento do sistema capitalista na reprodução da precarização do trabalho são fatores que afetam diretamente a condição da categoria profissional.

Durante a pandemia, o trabalho do assistente social foi afetado diante de todo um contexto anterior à crise sanitária. As rupturas na economia, foram um fator central para diminuir a qualidade e aprofundar a flexibilização no trabalho do assistente social. As modificações das técnicas de trabalho, a expansão tecnológica, foram questões evidentes nos processos produtivos de modo geral. A introdução às formas de trabalho online, expandiram um processo de novas estratégias na organização do trabalho, de modo que o assistente social passou a atuar a partir do teletrabalho, o trabalho remoto, para intervir diante da realidade de muitos usuários durante um contexto de isolamento máximo.

O contexto colocou ainda mais em evidência as populações vulneráveis e que sofreram violências e violações de seus direitos, como: idosos, mulheres, crianças e adolescentes, em sua maioria negros e negras. O assistente social atuou com transformações que refletiam a precarização do trabalho tanto no trabalho online como no presencial. A ampliação de jornadas de trabalho sem remuneração, afetou diretamente a vida e os espaços de trabalho de muitos profissionais.

No trabalho presencial, o recrudescimento de antigas e indevidas requisições profissionais, movidas pela emergência social, como o processamento do auxílio emergencial nos três níveis de governo, a distribuição de cestas básicas, vouchers, entre outros, exigiu respostas profissionais que passaram ao largo de políticas e sistemas públicos, como

o SUAS (Sistema Único de Assistência Social), apoiadas em equipes desfalcadas, precárias condições materiais e tecnológicas, ausência de equipamentos de proteção individual e coletiva, de protocolos e planos de contingência, entre outros (Raichelis, 2022, p.11).

As novas formas de trabalho refletem o processo das diversas contradições presentes no capitalismo contemporâneo. Com o uso das tecnologias e modernização do trabalho, o trabalho “uberizado” também se inseriu nos espaços de trabalho dos assistentes sociais. Desse modo, a forma social do trabalho se inseriu em um contexto de maior flexibilização, naturalizando o trabalho subcontratado, sem vínculos e com mais horas de trabalho sem remuneração. O trabalho do assistente social na política de saúde, se tornou ainda mais precarizado, trazendo instrumentos plataformizados, a partir de algoritmos, inteligências artificiais, dentre outros. Assim, o trabalho profissional passou a ter sua atuação guiada por meio destes instrumentos, o que categorizou e restringiu diversas perspectivas do trabalho dos assistentes sociais.

Na produção da categoria, destaca-se o documento “Os impactos do Coronavírus no trabalho do/a assistente social” (CFESS, 2020), o CFESS apontou politicamente a contradição entre as necessidades de proteção contra a contaminação, a partir do isolamento social, em paralelo ao aumento do desemprego e subemprego, desabastecimento de água e falta de saneamento básico. Em seguida, indicou que é dever profissional o atendimento em casos de calamidade, entretanto este deveria ter condições sanitárias adequadas, incluindo uso e acesso a equipamentos de proteção individual e coletivo, para desenvolvê-lo.

Nesse ponto, a categoria ressaltou a importância de cobrança nos espaços sócio-ocupacionais a viabilização dessas condições. O documento também provocou uma reflexão quanto a Medida Provisória nº 927/2020, apontando que em sua aparência esta seria a solução para a manutenção dos postos de trabalho, entretanto, essencial significava um desmonte dos processos de trabalho, intensificação e flexibilização do mesmo. Nesse período de alternativa remota ao trabalho, o Conselho afirmou que esse cenário de automação já era uma realidade, porém que não dava conta de atender a diversos instrumentais utilizados no Serviço Social, como o estudo social, que depende da apreensão dos elementos concretos da realidade, ou o acesso a documentos, os quais podem ferir o direito ao sigilo.

Em abril de 2020, o Conselho lançou o manifesto intitulado “Dia Mundial da Saúde” (Conselho Federal de Serviço Social, 2020). Nele, a categoria ressaltou a articulação entre as políticas sociais, destacando a importância da seguridade social pública considerando que a população mais vulnerável desse país é negra e da classe trabalhadora. Uma bandeira levantada neste documento é a de revogação da Emenda Constitucional 95, considerando a perda de orçamento destinada à saúde entre 2018 e 2020. Quanto ao trabalho, essa nota aponta também que quanto a já citada MP nº 927/2020 não reconheceu a covid-19 como doença ocupacional mesmo com o risco de contaminação dos trabalhadores e trabalhadoras da saúde.

No Dia do Trabalhador, o CFESS repudiou as falas do ex-presidente, bem como determinou que a forma de gestão da pandemia foi marcada por um genocídio. O documento destacou o impacto da concentração de renda potencializou a contaminação da população, bem como as condições de desigualdade forjaram ainda mais vítimas.

Em meio a essa disputa de narrativas, morrem trabalhadores/as, que se amontoam diariamente nos transportes coletivos pela necessidade de trabalhar em setores que já tiveram autorização dos estados para funcionar. Morrem trabalhadoras/es domésticas/os. Morrem desempregados/as e trabalhadores/as informais que se contaminam nas gigantescas filas dos bancos, em busca do “auxílio emergencial”. Morrem pessoas em situação de rua, que sequer possuem a chance de tentar receber o auxílio emergencial, porque são “excluídos/ as digitais” e não conseguem acessar o aplicativo criado para tal. Morrem idosos/as que já tinham doenças respiratórias e cardíacas e não conseguem atendimento prioritário diante do colapso de leitos nas unidades de um SUS que já vem sendo progressivamente desfinanciado há décadas, e teve esse desfinanciamento potencializado pela Emenda Constitucional nº 95/2016 (Conselho Federal de Serviço Social, 2020, p. 2).

Para aprofundar a análise sobre os indicadores da precarização do trabalho de assistentes sociais, resgatou-se as entrevistas realizadas no artigo “A precarização do trabalho das assistentes sociais no âmbito hospitalar durante a pandemia”. Foram entrevistados assistentes sociais de um hospital no município do Recife, esses profissionais atuaram na linha de frente no enfrentamento à pandemia de covid-19. Inicialmente, o trabalho por meio do teleatendimento foi uma das modificações significativas na atuação dos profissionais, os quais relataram a experiência de entrevistas sociais no contexto de crise sanitária e que em nesse período de maior circulação do vírus o teleatendimento foi expressivo.

A gente atendia por telefone. Aí a gente vinha para cá tava aqui presencialmente né. Mas o questionário social, a conversa, o atendimento às famílias era preferencialmente por telefone. Mas aí também não deixar porque isso a gente acabou ficando nessa linha de frente. O para-choque,

vamos dizer assim, do hospital era o serviço social. Porque assim, as pessoas na época não tinham acesso à UTI e vinham para cá. Não tinha acessórios médicos e tinham acesso aqui, a nós do serviço social. Então em relação às falhas que estavam acontecendo, tava todo mundo se encaixando e se adaptando. Então as coisas fugiram do controle vinham aqui para o serviço social. Mas mudança de carga horária, essa questão de adotar o teleatendimento. Não teve mudança de carga horária, mas essa questão do teleatendimento foi muito presente (Assistente Social 2) (Silva *et al* 2023, p. 98 apud Silva *et al*, 2023, p. 98).

Assim como o teleatendimento, as condições de trabalho inadequadas, transferências de função, por conta do aumento do trabalho como plantonistas, tecnologização do trabalho. Esses são uns dos fatores que marcaram o contexto do trabalho na política de saúde que foram indicadores da precarização, que a partir de contratos precários com baixas remunerações, tornaram os riscos à vida dos assistentes sociais ainda maiores, como os espaços de trabalho que não seguiam as orientações de distanciamento recomendadas pelas OMS. O trecho abaixo, de Silva *et al* (2023, p. 103) demonstra inclusive como as condições de trabalho colidiram, por exemplo, com a questão da garantia do sigilo profissional.

[...] E aí, nesse período eu estava no hospital, eu estava trabalhando com população em situação de rua. A população já está em situação de imunidade mais baixa, por que trabalhamos também com a questão da HIV/AIDS. E aí eu fui uma das primeiras a ser contaminada, porque o espaço era também muito pequeno e como uma forma até mesmo de estratégia a gente tentou, depois disso, evitar atender em espaços que as salas eram muito pequenas. A gente tentava garantir essa sala daqui (sala da entrevista) que ficou muito para covid, porque ela é a sala maior e também porque a equipe era composta por três profissionais para dar conta, a gente tentava garantir que a porta ficasse aberta (Assistente social 3) (apud Silva *et al* 2023, p. 103).

Além de ambientes inadequados para o trabalho no serviço de saúde, assistentes sociais também relataram a dificuldade de conseguir equipamentos de proteção individual para o atendimento direto ou indireto de usuários, visto que atuaram dentro de um ambiente insalubre e com alto potencial de contaminação. Nesse sentido, no início da pandemia, as máscaras de alta proteção não eram disponibilizadas, como expressou a assistente social 3, na entrevista realizada por Silva *et al* (2023, p. 98) “[...] fui a primeira a pegar covid [...] a própria instituição inicialmente não oferecia máscara”, ou só estavam à disposição para quem tinha contato direto com os pacientes na linha de frente.

Eu vou ser bem sincero, que é o objetivo da pesquisa. Até hoje essa máscara aqui que é a adequada, fui eu quem comprei. A que o hospital fornece é daquela máscara simples descartável. Essa foi eu quem comprei e eu tenho comprado porque eu não vou esperar pelo hospital. Ele fala que tem direito de pegar, mas pegar aonde? Porque ninguém formaliza isso né? Porque que não chega no setor para distribuir? Muitas vezes, antes da

pandemia, a gente estava atendendo no leito de enfermaria um paciente, um paciente diagnosticado com tuberculose e com bacilo ativo para transmissão. Depois que você terminou o atendimento, avisaram que o usuário estava com tuberculose. (Assistente social 2) (apud Silva *et al* 2023, p.97)

[...] No começo a gente tinha que utilizar a máscara que a gente mesmo comprava, mas foi bem no começo... assim foi por pouco tempo... depois foi que o negócio foi sendo liberado. Teve uma época que a gente estava tendo EPI de não tão boa qualidade, era, por exemplo, a máscara cirúrgica. [...] por exemplo, o Serviço Social não era um serviço que estava dentro da enfermaria por longo período, então, a gente utilizava a máscara de TNT; só depois é que a gente conseguiu isso não por uma determinação do \*\*\* (*nome da instituição*), mas era uma determinação que vinha do Governo Federal e o entendimento do governo federal era que a máscara cirúrgica era pra ser de determinados profissionais, então, a gente não se incluía nesses profissionais, diziam que a gente não se incluía (Assistente social 1) (apud Silva *et al*, 2023, p.98).

Os assistentes sociais dessa respectiva instituição também se depararam com as contratações emergenciais, que conseqüentemente geraram contratos precarizados. A maioria desses contratos tinham remunerações abaixo do valor necessário de acordo com o tempo de trabalho, que muitas vezes foi prolongado, devido às dinâmicas de plantão. Os profissionais ressaltaram que o contexto de reformas e corte de gastos que já eram parte da realidade na economia brasileira, afetaram diretamente os indicadores da precarização do trabalho.

Eu entrei aqui em 2017, desde então a gente já teve esse início de processo de intensificação da contra reforma do Estado e, assim, é visível você perceber como estava em 2017 que a gente ainda tinha alguns recursos voltados para a saúde. Já tinha dificuldades de acesso a muitos insumos e a outras questões de saúde, mas a gente percebe que em 2017 a gente ainda tinha certos tipos de acesso, por exemplo, não tinha dificuldade enquanto a questão de medicações a alguns insumos de saúde; a gente percebe que no decorrer desses anos 5 anos, na minha perspectiva, principalmente os acessos foi cada vez mais dificultado. [...] Então, eu percebo que há impactos muito profundos das reformas que vem sempre ocorrendo, principalmente congelamento de gastos para a saúde o trabalho da gente nesses 5 anos de atuação. (Assistente Social 1) (Silva *et al* 2023, p.100 apud Silva *et al* 2023, p.100)

Os componentes apresentados anteriormente são citados pelos assistentes sociais como pontos centrais para o contexto atual de trabalho. A Emenda Constitucional 95, como já abordado nesta pesquisa, demonstra claramente o efeito do teto de gastos primários na saúde e no mundo do trabalho. Dessa forma, o aumento dos vínculos por contratos extras foram mais um reflexo da dinâmica do trabalho flexibilizado, com menos direitos e remunerações, o que conseqüentemente convém à lógica neoliberal e máxima do lucro acima da vida.

Aqui houve contratação de assistentes sociais por reposição, mas não há contratação para fins de ampliação de quadro. Houve realocação de

setores, a gente teve uma ampliação de setores, porque tiveram Assistentes Sociais que saíram de setores que eram um só, e aí passou a assumir 2 setores, então, houve realocação de serviço, mas ampliação de quadro profissional, não houve. Desde quando eu entrei aqui a gente tem esse quadro fixo, acho que são 26 assistentes sociais, eu não tenho certeza agora, mas acredito que seja em volta disso. Houve momentos em que a gente teve contratação sem ser pela CLT, contratação que a gente chama como se fosse um extra, como se fosse um prestador de serviço, mas que esse prestador de serviço havia contribuição pro INSS, mas não havia contratação de fato. E o prestador de serviço ele fica no máximo de 3 meses, então, tudo isso foi impacto dessas reformas trabalhistas dessa degradação que a gente vem percebendo tanto do trabalho quanto da vida e da Política de Saúde (Assistente social 1) (Silva *et al* 2023, p.100 apud Silva *et al* 2023, p.100).

Diante do exposto pelos profissionais, é importante compreender a análise do conjunto de todos os aspectos que potencializam a precarização do trabalho durante a crise sanitária. Além de ser um período desafiador para a vida e saúde mental de diversos assistentes sociais na linha de frente, houveram muitos outros questionamentos e problemáticas para serem postos em debate, um deles foi a importância da imposição dos profissionais com relação às atribuições privativas, que reforçam o estigma do assistente social apenas ser um orientador de informações nas diversas instituições de saúde. Apesar de toda a precarização e contradição na política de saúde, os profissionais atuaram diante de um contexto de agravamento nas expressões da questão social, enfrentando desafios, lidando fortemente com novas formas e processos de trabalho.

#### 4.1.1 Os efeitos no retrocesso da política de saúde na saúde mental dos (as) assistentes sociais

O art. 8, inciso V da Portaria nº 1.823/2012, que instituiu a Política Nacional da Saúde do Trabalhador e Trabalhadora afirma a incorporação da “[...] categoria trabalho como determinante do processo saúde-doença dos indivíduos e da coletividade, incluindo-a nas análises de situação de saúde e nas ações de promoção em saúde” (Brasil, 2012). Faermman e Mello (2016, p. 100) corroboram esse ponto ao afirmar que “[...] o processo de saúde-doença do trabalhador deve ser analisado a partir da conjunção entre fatores biológicos, processo produtivo, condição socioeconômica e cultura”, assim como as condições e relações de trabalho são variáveis “[...] determinantes na produção do sofrimento e adoecimento vivenciado” (idem, 2016, p. 101). Apesar disso, no atual estágio do processo de acumulação capitalista, as tendências apontam um processo de

flexibilização que atingem a vida da classe trabalhadora, a partir do aumento da jornada de trabalho, metas, concorrência entre trabalhadores (Medeiros; Lopes; Oliveira, 2021). Assim, problematizar o trabalho do Serviço Social no centro de uma crise sanitária, política e econômica, na qual o sujeito trabalhador vem enfrentando um processo de aprofundamento da exploração do trabalho, faz-se importante à medida em que o adoecimento mental vem tomando destaque na contemporaneidade.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (World Health Organization, 2022), durante a pandemia alguns elementos contribuíram para o aumento do estresse: medo da morte e da contaminação, diminuição do contato interpessoal provocado pelas medidas de segurança, desemprego e insegurança financeira, desinformação e cobertura excessiva da mídia.

Quanto à relação dos trabalhadores da saúde durante a pandemia, identificou-se adoecimento mental advindo do medo da contaminação, humor deprimido, exaustão, medo de contaminar entes próximos (Prado *et al*, 2006). Um estudo sobre a saúde mental pela Fundação Getúlio Vargas, indica que durante a crise sanitária as mulheres, que são a maioria dos trabalhadores da saúde, afirmaram terem tido maior impacto na saúde mental.

O respectivo estudo apontou a ausência de assistência quanto a psicologia ou psiquiatria do trabalho. Entre as emoções negativas apresentadas estavam o medo, estresse, ansiedade, cansaço e tristeza. As causas foram atribuídas ao risco à saúde, risco de contaminação à família e falta de equipamento de proteção individual (Fundação Getúlio Vargas, 2020). Sobre esse último ponto, é importante destacar a responsabilização individual enfrentada por esses profissionais, situação semelhante pode ser encontrada em Silva *et al* (2023, p. 103), como “[...] medo de se contaminar, a ansiedade causada por tal condição, mas também pela perda de pacientes, número de mortos e perceber que havia colegas de trabalho na mesma situação psicológica”. Acrescenta-se a isso a relação direta entre as contrarreformas do Estado e as dificuldades de acesso a equipamentos de proteção individual, precarização das formas de contrato de trabalho.

Também, verifica-se como impacto a contradição entre o projeto ético-político profissional e o momento de acumulação flexível do capital que dificulta acesso a direitos mínimos, a intensificação do trabalho, condições de trabalho que não respeitavam as normas de distanciamento social.

## 4.2 O reflexo de gênero e raça no processo de trabalho dos (as) Assistentes Sociais, na política de saúde, durante a pandemia

A partir da compreensão da precarização do trabalho dos (as) assistentes sociais na política de saúde, faz-se necessário abranger a análise de precarização mediante a identificação dos determinantes de gênero e raça na categoria profissional frente ao desafio do enfrentamento a covid-19. Para isso, é importante compreender que as desigualdades entre os trabalhadores da saúde no espaço institucional, foram exacerbadas no contexto da pandemia, impactando diretamente no processo de trabalho e na saúde dos profissionais.

Para compreender a realidade do processo de trabalho mediante as especificidades de raça e gênero, faz-se necessário analisar no que se refere às questões étnico-racial e de gênero da categoria profissional. A pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS): O Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional mostra a análise dos dados a partir de profissionais do Serviço Social que participaram do cadastramento e indica que a profissão apresenta, ainda, a predominância do gênero feminino, sendo essas mulheres cisgênero e da autodeclaração de mais da metade das/os profissionais como de cor/raça negra/parda, seguido logo depois pelas autodeclaradas/os brancas/os.

Do universo total pesquisado, 41.083 profissionais ou 92,92%, se identificam com o gênero feminino, enquanto 3.083 destes, ou 6,97%, têm identificação com o sexo masculino. “Outras expressões de Gênero”<sup>13</sup>, diferentes das anteriores, foi a resposta de 46 Assistentes Sociais, correspondendo a 0,10% (Conselho Federal de Serviço Social, 2022, p. 23)

Sobre a pertença étnico-racial das/os profissionais cadastradas/ os, os dados indicam que metade das/os profissionais se auto reconhecem como de cor/raça preta/negra/parda, com 22.255 registros, o que representa 50,34% das/os participantes. Na sequência estão as/os profissionais autodeclaradas/os brancas/os, com 20.771 registros, ou 46,98%. As/os Assistentes Sociais de raça/cor amarela vêm em seguida, com 819 registros (1,85%), seguido de indígenas, com 140 pessoas (0,32%). Outra cor/raça sem identificação específica registrou 227 ocorrências, correspondendo a 0,51% (Conselho Federal de Serviço Social, 2022, p. 30).

A partir da compreensão do perfil profissional, podemos analisar quais foram as principais implicações para o enfrentamento à crise pandêmica. Nesse contexto, foi possível identificar relatos de profissionais que atuaram nesses espaços específicos de trabalho e apontaram para a sensação de desgaste, estresse e esgotamento mental que foram determinados pelos números de perdas diárias e

pelo contexto político que disseminava o constante negacionismo a ciência e a vacina. Além disso, a sobrecarga da carga de trabalho e a ausência de condições adequadas de segurança, que aumentavam as incertezas e angústias durante o exercício profissional.

Eu trabalho na Associação Hospitalar Beneficente Moacir Micheletto, hospital filantrópico em Assis Chateaubriand, que tem se tornado referência em atendimento a pacientes COVID. Hoje conta com 28 leitos de UTI e 20 leitos de enfermaria. O Serviço Social nasceu nesta instituição em meio a pandemia, junho de 2020. Tenho uma carga horária de 36 horas semanais, mas geralmente faço mais de 50 horas semanais. Em conjunto com um psicólogo, faço a mediação entre a família, a (o) internada (o) e as (os) médicas (os) das UTIs e enfermarias covid. Também buscamos amenizar o sofrimento da família através do Projeto Visita On Line, com a realização de visitas por chamadas de vídeo entre a (o) paciente e familiares. Como sempre busco conversar com os familiares, muitas vezes não consigo fazer tudo o que eu gostaria. Me sinto sugada e muitas vezes sinto que deixei todas as minhas energias no trabalho. Mas tento recompor minhas emoções e lidar com medos e angústias. A maior dificuldade é conciliar as demais atividades de fora do ambiente de trabalho além do enfrentamento da covid. Também sou mulher, mãe, esposa e filha. É difícil auxiliar nas aulas online e é doloroso ter que abrir mão dos finais de semana com a família, pois entendo que a instituição precisa de mim no momento. (Conselho Regional de Serviço Social - Paraná, 2021)

A partir disso, nota-se como o processo de trabalho também é atravessado pelas diferenças de gênero, raça e classe social. Ainda antes do período pandêmico, mesmo com o avanço da inserção das mulheres no mercado de trabalho, nota-se a continuação da reprodução das responsabilidades domésticas e do cuidado familiar para o gênero feminino.

O adensamento das mulheres nas fronteiras públicas não é acompanhado de uma revisão dos limites das responsabilidades privadas femininas. Isso significa que a esfera de reprodução da família como educação e demais cuidados continua, em grande medida, a cargo das mulheres [...] As atribuições socialmente definidas para homens e mulheres, no fim das contas, permanecem nas concepções culturais, uma vez que delegam ainda às mulheres as responsabilidades da reprodução social. (Sousa; Guedes, 2016, p. 123).

O ingresso das mulheres no mundo econômico não equilibra as funções atribuídas aos sexos, ao contrário, reforça as desvantagens vividas pelas mulheres que atualmente compartilham com os homens, de forma equânime ou não, a provisão financeira da família juntamente com a responsabilidade da esfera reprodutiva. A saída do lar e as conquistas cada vez mais visíveis no âmbito público representaram uma revolução incompleta, uma vez que as mulheres ainda assumem praticamente sozinhas as atividades do espaço privado, o que perpetua uma desigual e desfavorável divisão sexual do trabalho para elas (Sousa; Guedes, 2016, p.125).

Assim, percebe-se que a precarização do trabalho antecede a pandemia e é aflorada durante a crise sanitária, atingindo, dessa forma, todos os aspectos da vida da classe trabalhadora. Os retrocessos aos direitos trabalhistas, as precárias condições de trabalho e a vulnerabilidade social das classes subalternas tornaram-se questões latentes durante o período de enfrentamento a COVID-19 impactando no acentuamento das demandas sociais. Dessa forma, apesar dos avanços referentes às conquistas dos direitos das mulheres, o contexto da pandemia apresentou ainda expressões da reprodução do papel feminino no cuidado e a potencialização do adoecimento mental e físico do gênero feminino, perpassado pelo esgotamento oriundo do cotidiano de trabalho e do desempenho da atividade familiar e doméstica.

A Covid pegou todo mundo de surpresa, inclusive quem estava na linha de frente. De acordo com a pesquisa, as mulheres negras foram as que mais declararam sensação de despreparo (58,7%) e ocorrência de assédio moral no trabalho (38%). Elas também sentiram medo (54%), desconfiança (28%) e tristeza (53%) em maior proporção do que outros grupos. Por outro lado, homens brancos que afirmaram sentir despreparo para lidar com a crise estão em 33,5%, enquanto aqueles que sofreram assédio moral, 25% (Cannabrava; Café, 2020).

É importante entender como os desafios do contexto pandêmico ultrapassam a realidade do cotidiano de trabalho, a conjuntura sócio-econômica refletiu diretamente no adoecimento dos trabalhadores do Serviço Social. Apesar da onda de incertezas e sofrimentos que foram trazidas com a crise sanitária, é importante refletir sobre o trabalho que já vinha sendo precarizado na atuação neoliberal de contrarreformas vivenciado muito antes da pandemia e que repercute nas condições do agir profissional. Como demonstra as respostas de Silva *et al* (2023, p. 102 *apud* Silva *et al* p. 2023, p. 102)

Como apresentado no começo deste tópico, a categoria profissional é predominantemente negra/parda, esse dado é de extrema importância para analisar a atuação do assistente social na saúde, visto que, em uma sociedade onde o racismo estruturante das relações sociais, o preconceito perpassa os espaços de trabalho e impacta no processo de saúde da população negra que atuou na linha de frente no enfrentamento a covid-19.

O racismo no Brasil é velado e está enraizado nas instituições públicas e relações interpessoais. Em meu processo de trabalho, não experimentei situações de injúria racial, mas, sim, muitas atitudes preconceituosas, que denotam as diferentes formas de discriminação (Cannabrava; Café, 2020)

Muitos pacientes, ao serem chamados para o atendimento, indagam se ela é realmente assistente social. “Me descrevem como ‘aquela menina escurinha, moreninha’. Algumas vezes fui confundida com a estagiária do serviço. Agora, enquanto pesquisadora debatendo as questões ético-raciais na saúde, é nítido o movimento de tentar desacreditar a minha fala. Além disso, há a pouca adesão da academia ao tema, em especial pela incipiência de linhas de pesquisa sobre este campo e falta de professores negros” (Cannabrava; Café, 2020)

O racismo perpassa todas as relações sociais no Brasil e assume roupagens específicas em espaços institucionais de atuação da categoria profissional. O racismo e o adoecimento mental se vinculam em todas as fases da vida da população negra na sociedade. Durante o período pandêmico, em uma realidade de imediatismo e emergência, foi exigido da/o assistente social, sem as mínimas condições de trabalho e segurança, uma atuação que conseguisse desvendar formas de realizar os atendimentos necessários aos usuários. Esta realidade acabou subnotificando situações de violência e preconceito para com, principalmente, a população negra, nos seus espaços de trabalho.

As mulheres negras, segundo o estudo, também são menos testadas para a Covid (26%) e têm menos suporte de supervisores (54%, contra 69% no grupo dos homens brancos). Luanda lembra que, no início de 2020, assim que foi decretada a pandemia, o novo vírus era desconhecido, o que dificultava o acesso a informações. Equipamentos de proteção individual e outros insumos necessários para o atendimento seguro estavam em falta nas unidades de saúde (Cannabrava; Café, 2020).

Portanto, as formas de precarização do trabalho dão continuidade a reprodutoras dos preconceitos e as desigualdades sociais, refletindo diretamente no adoecimento físico e mental da classe trabalhadora, que no Brasil é majoritariamente negra e feminina.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para realizar a presente monografia se percorreu o histórico sobre a precarização do trabalho dos assistentes sociais durante a pandemia. A problemática tem como fatores centrais: o avanço do neoliberalismo, retrocesso dos direitos trabalhistas advindos da crise econômica, neoconservadorismo e seus ideais, a precarização da saúde, assim como outros fatores sociais, como o recorte de gênero e raça na profissão.

Para analisar e compreender a discussão do trabalho, foram utilizadas notas oficiais do CFESS, pois sendo o principal veículo de informações e guia da categoria profissional, o Conselho relatou a situação de diversos profissionais que atuaram na linha de frente na pandemia e as dificuldades que refletiram a precarização do trabalho.

Em primeira análise, foram postos elementos sobre o neoliberalismo e seus ideais, assim como o seu avanço na sociedade brasileira. Analisar de um ponto de vista histórico, foi essencial para construir o conjunto de problemáticas que unem o funcionamento das crises no Brasil e seu histórico, mas também como o avanço do neoliberalismo foi nítido durante a pandemia. A partir disso, a monografia trouxe os desdobramentos desse avanço e seus rebatimentos nas relações de trabalho no Brasil, que já vinha sofrendo ataques, devido à retirada dos direitos sociais e trabalhistas.

Dessa forma, para trazer a realidade no mundo do trabalho, foi necessário entender a precariedade das relações de trabalho e como a crise econômica no Brasil tem relação direta com a potencialização da precarização do trabalho na pandemia. O trabalho fez um recorte da crise de 2014 a 2019, abordando o período político, econômico e social no Brasil. Em 2014, o país já enfrentava as consequências das medidas econômicas tomadas pelo governo, o que gerou nos meses seguintes, o início da recessão econômica.

Esse contexto foi marcado pelas quedas contínuas no mercado de trabalho nos anos seguintes e em 2016 com o golpe que ocasionou o impeachment da ex-presidenta Dilma, a Emenda Constitucional 95 e a reforma trabalhista foram um fator central na retirada de direitos trabalhistas, assim como os cortes dos investimentos na saúde, uniram dois pontos que focam no problema deste trabalho: a precarização do trabalho e a precarização da saúde.

Com a implementação da EC 95, o financiamento na política de saúde foi cortado pelos próximos 20 anos, para que os orçamentos não ultrapassassem o teto de gastos. Tal medida teve como finalidade conter as despesas obrigatórias, os mínimos constitucionais de ações e serviços públicos de saúde, bem como ações de manutenção e desenvolvimento da educação, o que retirou a prioridade dos investimentos na saúde e educação. Além disso, para compreender os componentes da reforma trabalhista, a monografia trouxe a discussão do caráter das reformas e seu funcionamento, que estabelecem como potencializadoras da flexibilização do trabalho e da exploração, mediante condições precárias de trabalho. Nesse sentido, a grande recessão econômica brasileira, direcionou as diversas problemáticas no mundo do trabalho, sendo a EC 95, uma medida que afetou diretamente os desmontes na política de saúde, o que tornou o trabalho do assistente social no âmbito hospitalar, precarizado, se desdobrando sobretudo nas questões do adoecimento mental.

Foi essencial analisar a relação das crises anteriores à pandemia para centralizar a questão da precarização do trabalho do assistente social como uma das consequências dos eixos que foram abordados neste trabalho: precarização da saúde, relações de trabalho e retirada de direitos. Para isto, foi necessário compreender o contexto político e econômico do país durante os anos que antecedem a pandemia de covid 19. Além dos fatores políticos e econômicos, fatores sociais como gênero e raça, foram analisados como um indicador para potencialização da precarização do trabalho.

Os processos de trabalho do assistente social durante a pandemia precisaram se adaptar durante a pandemia. Diante dessa transição, a atuação profissional requereu a aprendizagem rápida de novas operações nos diversos espaços sócio ocupacionais, sobretudo na política de saúde. Os assistentes sociais que trabalharam na linha de frente identificaram diversas dificuldades, como: operar em sistema online, predominância do teleatendimento, falta de condições adequadas e que obedeciam às orientações de distanciamento, poucos equipamentos de proteção individual, vínculos empregatícios precários, contratações com jornadas de trabalho estendidas, ocasionando no comprometimento da saúde mental das assistentes sociais.

As consequências da precarização do trabalho são produto de um processo de expansão da flexibilização do trabalho que foi recorrente durante a crise sanitária,

diante do crescimento de medidas que exigiam respostas imediatas para conter os riscos à movimentação da economia durante a pandemia. O processo de adoecimento dos profissionais nesse contexto, envolveu principalmente o medo de se contaminar e perder a vida, pois estavam diariamente lidando com muitas mortes e realizando acolhimento de familiares em sofrimento. Diante desse cenário, muitos profissionais tiveram que procurar suporte psicológico durante e após o pico da pandemia.

Tais aspectos foram cercados pela omissão do Governo Federal na tomada de medidas necessárias para combater a disseminação do vírus e focar em abrir os comércios e continuar com a tentativa de movimentar a economia mesmo com os altos índices de contaminação. A discussão dos impactos do avanço do neoliberalismo e neoconservadorismo, foram fatores que contribuíram também para o forte negacionismo e ausência da restrição de ações que diminuíssem os impactos de um vírus que ainda estavam sendo analisados pelas autoridades.

Portanto, para os (as) assistentes sociais os desafios durante a pandemia foram diversos. O impacto das contrarreformas, o avanço das políticas neoliberais e dos discursos neoconservadores, a massificação da ideologia burguesa contribuíram para aprofundar a exploração da classe trabalhadora.

No entanto, a atuação profissional do(a) assistente social neste período culminou para a análise crítica da categoria profissional diante do compromisso com a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do autoritarismo frente a uma conjuntura econômico-social neoliberal, refletindo os princípios do projeto ético-político profissional. Diante disso, faz-se necessário a defesa irrestrita de um SUS público e estatal, bem como a luta diante das contrarreformas que atingem direta e indiretamente a saúde. Pois, como afirma Marx e Engels (1998, p. 69) a classe trabalhadora nada tem a perder, exceto as correntes que a prendem. “Têm um mundo a ganhar!

## REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila. Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador Just-in-time. In: ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ALVES, Gabriela; BOTELHO, André; NUNES, Gabriela; RICUPERO, Bernardo; LYNCH, Christian. GARSCHAGEN, Bruno, Torres João. **Revisão do Pensamento Conservador. O Elogio do Conservadorismo e Outros Escritos**. São Paulo. Editora Hucitec, 2010. Campinas/SP. Editora Arcádia, 2016, p. 17-33.

AMARAL, Ângela Santana. As sociabilidades necessárias ao capital: o trabalho em migalhas no contexto da pandemia da Covid-19. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 48, p. 57-69, 2021.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 1995, p. 9-23.

ANDERSON, Perry. **Brasil à parte**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BARROS, Albani de. **Prekärer**: análise dos fundamentos da precarização do trabalho a partir da crítica da economia política. 2018, 230f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização**. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 16, 2018, Vitória, **Anais**. Vitória: ABEPSS, 2019, p. 1-19. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22081>>. Acesso em: 29 jul. 2023.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2020**. Disponível em: <[https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8089936&ts=1630435993788&disposition=inline&\\_gl=1\\*1onkc7j\\*\\_ga\\*NDg0NDc1NS4xNjkwODk5MjYz\\*\\_ga\\_CW3ZH25XMK\\*MTY5MDg5OTI2My4xLjAuMTY5MDg5OTI2My4wLjAuMA](https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8089936&ts=1630435993788&disposition=inline&_gl=1*1onkc7j*_ga*NDg0NDc1NS4xNjkwODk5MjYz*_ga_CW3ZH25XMK*MTY5MDg5OTI2My4xLjAuMTY5MDg5OTI2My4wLjAuMA)> Acesso em: 01 ago. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012**. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823\\_23\\_08\\_2012.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html)>. Acesso em: 14 ago. 2023.

BRECHT, Bertold. **O Fascismo é a Verdadeira Face do Capitalismo**. Primeira Edição. 1935. Tradução de Richard Winston para a Revista *Twice a Year*. Transcrição e HTML de Fernando Araújo. Disponível em: <O Fascismo é a Verdadeira Face do Capitalismo (marxists.org)> Acesso em: 13 set. 2023.

BRIDI, Maria Aparecida. A pandemia Covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**, p. 141-165, 2020.

CANNABRAVA, Melissa; CAFÉ, Luanda. **Profissionais de saúde negras são as que mais sofrem efeitos da pandemia.** Disponível em:

<<https://www.museudavida.fiocruz.br/index.php/noticias/1591-profissionais-de-saude-negras-sao-as-que-mais-sofrem-efeitos-da-pandemia>>. Acesso em: 17 ago. 23.

CARNEIRO, Ricardo. 'PEC do orçamento da guerra' poderia se chamar 'proposta da discórdia'. **Carta Capital**, 13 abr. 2020. Disponível em:

<<https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/pec-do-orcamento-da-guerra-poderia-se-chamar-proposta-da-discordia/>>. Acesso em: 01 ago. 2023.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de *et al.* Ciclos petistas de ajuste e suas contradições: condições sociopolíticas para o golpe de 2016. **Temáticas**, Campinas, v. 27, n. 53, p. 39-68, 2019

CASTILHO, Giovanni Castiglioni.; SILVA, Vítor Antônio Alvino. A transferência dos custos ao trabalhador no teletrabalho: estratégias da doutrina e jurisprudência para o trabalho digno do futuro. **Revista Do Tribunal Regional Do Trabalho Da 10ª Região**, v. 24, n. 1, p. 207-218, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Teletrabalho e Teleperícia: orientações para assistentes sociais no contexto da pandemia.**

Brasília: CFESS, 2020. Disponível em:<Microsoft Word - Nota-teletrabalho-telepericiacfess.docx> Acesso em: 11 set. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. Os impactos do Coronavírus no trabalho do/a assistente social. **CFESS Manifesta**, Brasília: CFESS, 2020. Disponível em: <2020CfessManifestaEdEspecialCoronavirus-1.pdf (cresspr.org.br)>. Acesso em: 29 ago. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. Dia Mundial do/a Trabalhador/a. **CFESS Manifesta**, Brasília: CFESS, 2020. Disponível em: <2020-CfessManifesta-DiaMundialTrabalhadora.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Perfil de Assistentes sociais no Brasil: Formação, condições de trabalho e exercício profissional.** Brasília, 2022, p. 23 a 30.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional.** Brasília, 1993.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL PARANÁ; **Assistentes Sociais da saúde relatam esgotamento e dificuldades em relação a saúde mental durante a pandemia.** Disponível em:

<<https://cresspr.org.br/2021/03/29/assistentes-sociais-da-saude-relatam-esgotamento-e-dificuldades-em-relacao-a-saude-mental-durante-a-pandemia/>> acesso em: 17 ago. 23.

CEOLIN, George Francisco. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 118, p. 239-264, abr./jun. 2014.

DELGADO, Gabriela; ROCHA, Ana. Um retrato do mundo do trabalho na pandemia em cinco paradoxos. **Revista Direito.UnB**, Maio – Agosto, 2020, v. 04, n. 02, p. 16-34.

DIAS, Marly de Jesus Sá; LEMOS, Silse Teixeira de Freitas; SALES, Adriana Silva. **A materialização de direitos sociais na saúde pública**: reflexões sobre a prática profissional do Serviço Social. [S.l.]: JOINPP, 2011.

DRUCK, Graça; DUTRA, Renata; SILVA, Selma. A contrarreforma neoliberal e a terceirização: a precarização como regra. **Caderno C R H**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 289-305, Maio/Ago. 2019.

ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

FAERMANN, Lindamar Alves; MELLO, Cássia Camila Val de. As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, 96–113, 2016.

FARIAS, Silvio; COSTA, Gilson. Resenha: ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018. **Novos Cadernos NAEA**, Pará, v. 23, n. 2, p. 289-299, maio-ago 2020.

FERREIRA, Paulo Rubem Santiago. Acumulação de capital, financeirização e precarização dos direitos sociais. *In*: ESTEVES, Juliana Teixeira; GURGEL, Vítor Gomes Dantas; UBILLA, Gonzalo (org.). **Direitos sociais na era da financeirização**: ode às finanças. Belo Horizonte: CAPES: PPGD: GP: RICDP: RTM, 2022.

FERREIRA, Jousiele; HELENA, Maria; BARROS, Mônica. GOVERNO BOLSONARO E PANDEMIA DO COVID 19: breves reflexões acerca de seu enfrentamento negacionista. Paraíba: **ANAIS SINESPP**, v. 4, n. 4, p. 260-261, 2022.

FILGUEIRAS, Luiz. A crise geral do capitalismo: possibilidades e limites de sua superação. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 30, p. 21-27, 2010.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. *In*: BASUALDO, Eduardo; ARCEO, Henrique **Neoliberalismo y sectores dominantes**: Tendencias globales y experiencias nacionales. CLACSO: Buenos Aires, 2006.

FILGUEIRAS, Vítor Araújo. Perspectivas para o trabalho no Brasil. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 51, v. 51, p. 116-136, 2023.

FILGUEIRAS, Vítor; MOREIRA, Uallace; Souza, Ilan. Os impactos Jurídicos, econômicos e sociais das reformas trabalhistas. **Caderno C R H**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 231-251, Maio/Ago. 2019.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo; KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras de. (Org). **Reforma Trabalhista no Brasil: Promessas e Realidade**. São Paulo, Curt Nimuendajú, 2019.

FONTES, Virgínia. Capitalismo, crises e conjuntura. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 130, p. 409-425, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/D6NmRJcx4Z98gmSSp4cCwLy/#>>. Acesso em: 07 ago. 2023.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **A pandemia de COVID-19 e (os)as profissionais de saúde pública: uma perspectiva de gênero**. Disponível em: [https://abori.com.br/wp-content/uploads/2020/12/relatorio\\_Genero\\_v2.pdf](https://abori.com.br/wp-content/uploads/2020/12/relatorio_Genero_v2.pdf). Acesso em: 18 ago. 2023

GAIGER, Fernando. **O gasto em saúde e suas bases de financiamento: dinâmica e tendências para o Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2021

GOMES; Iana; MOREIRA; Álvaro. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 45, 2019. Disponível em: <SciELO - Brasil - A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira> Acesso em: 30 jul. 2023.

GRANEMANN, Sara. O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade. *In*: CFESS. **Serviço social: Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, 2009. p. 1-21.

GURGEL, Vitor Gomes Dantas. Financeirização, dívidas e desigualdade: o papel e os limites dos direitos sociais no capitalismo financeirizado. *In*: ESTEVES, Juliana Teixeira; GURGEL, Vitor Gomes Dantas; UBILLA, Gonzalo (org.). **Direitos sociais na era da financeirização: ode às finanças**. Belo Horizonte: CAPES: PPGD: GP: RICDP: RTM, 2022.

IAMAMOTO. Marilda. O Serviço Social na Cena Contemporânea. CFESS, ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CEAD/UnB. Brasília. 2009.

IANNI, Aurea Maria Zöllner *et Al*. Individualização e trabalho no contexto da pandemia de covid-19 no Brasil. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 134, o. 857-869, 2022.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Editora Civilização, 2002.

LIMA, Islânia; CAVALCANTE, Luana; BENTO, Bárbara; PAULO NETTO, José. Cinco notas a propósito da “questão social”. *In*: \_\_\_\_\_. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 151-162. A inserção do pensamento conservador no Brasil e seus reflexos no enfrentamento às expressões da “questão social”. Alagoas, Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social p. 5, 2018.

MANDEL, Ernest. **A Crise do Capital**: Os fatos e sua interpretação marxista. Editora Ensaio, São Paulo, 1990.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O Capital** - Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital** – Crítica da Economia Política. Primeiro, tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Disponível em: <OS ECONOMISTAS -O CAPITAL CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA (laurocampos.org.br)>. Acesso em: 11 ago. 2023.

MARX, Karl. **O Capital** – Livro III – O Processo Global da Produção Capitalista. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MEDEIROS, Tatianne Lorena Vieira.; LOPES, Kesy Steffany Silva; OLIVEIRA, Janaine Voltoni de. Estresse ocupacional e os impactos na saúde das assistentes sociais de uma Unidade Hospitalar de atendimento à criança em Boa Vista - Roraima. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, SP, v. 19, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8665362>. Acesso em: 11 ago. 2023.

MELO, Marcelo; LESSA, Simone. **Políticas de Saúde, Neoliberalismo e o Crescimento do Chamado Terceiro Setor**: uma análise das FASFIL do campo da saúde no Censo IBGE 2005. Porto Alegre, n.1, p. 11, jan/jul. 2017.

MENESES, Érika Silva. **Processo de trabalho em saúde: uma análise das condições de trabalho dos assistentes sociais no âmbito hospitalar**. 2009. 166f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2010. Disponível em: <[https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/17888/1/ErikaSM\\_DISSERT.pdf](https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/17888/1/ErikaSM_DISSERT.pdf)> Acesso em: 26 out. 2023.

MOTA, Ana Elizabete Fiuza Simões da. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

MANIFESTANTES FECHAM AV. PAULISTA NO MAIOR ATO ANTI-DILMA DESTE DOMINGO. G1 São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/03/protesto-contra-governo-fecha-aveni-da-paulista-em-sao-paulo.html>>. Acesso em: 27 jul. 2023.

MOREIRA; Álvaro; GOMES; Iana; CAMPOS; Rosânia; GONÇALVES; Simone; RESENHA; APPLE, Michael. **Educando à Direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Cortez; Instituto

Paulo Freire, 2003. Neoliberalismo e neoconservadorismo na educação brasileira: uma análise a partir de políticas educacionais. Pelotas, p.1 [s.n].

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OREIRO, José Luis. A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica. Brasília, **Estudos Avançados**, p. 75-88, 2017.

PMDB. PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. **Uma ponte para o futuro**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3359700/mod\\_resource/content/0/Brasil%20-%20Uma%20ponte%20para%20o%20futuro%20Fundação%20Ulysses%20Guimarães.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3359700/mod_resource/content/0/Brasil%20-%20Uma%20ponte%20para%20o%20futuro%20Fundação%20Ulysses%20Guimarães.pdf)>. Acesso em: 28 jul. 2023.

POLYCARPO, Joana; RODRIGUES, Luciene; MAGALHÃES, Jécyka. A saúde pública na esfera neoliberal e as implicações para o trabalho do assistente social. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 1 n. 1, Espírito Santo, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22325>> Acesso em: 28 de jul. 2023

PRADO, Amanda Dornelas *et al.* A saúde mental dos profissionais de saúde frente à pandemia do COVID-19: uma revisão integrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 46, 2020. Disponível em: <<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/4128>> Acesso em: 15 ago. 2023.

RAICHELIS, Raquel. Tecnologia, trabalho e pandemia no capitalismo em crise: admirável mundo novo?. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 144, p. 5-16, maio/set. 2022.

SANTOS, Theotônio dos. **A Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SILVA, Beatriz Moura da *et al.* A precarização do trabalho das assistentes sociais no âmbito hospitalar durante a pandemia. **Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros (MG), v. 7, n. 1, 2023.

SILVA, Pedro Henrique Isaac. O mundo do trabalho e a pandemia de covid-19: um olhar sobre o setor informal. **Caderno de Administração**, Maringá, v. 28, 2020.

SILVEIRA Jr., Adilson Aquino. Crise econômica, luta de classes e Serviço Social no Brasil. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 96-107, 2018.

SODRÉ, Francis. Serviço Social e o campo da saúde: para além de plantões e encaminhamentos **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 103, p. 453-475, 2010. Disponível em: <[Revista 103.indd \(scielo.br\)](https://www.scielo.br/revista103)>. Acesso em: 29 out. 2023.

SOUZA, Jamerson Murillo Anuniação de. Edmund Burke e a gênese do conservadorismo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 126, p. 360-377, 2016.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, vol. 30, n. 87, SP, 2016. Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142016000200123&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000200123&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 17 ago. 23.

TEREZINHA, Érica Terezinha Vieira de Almeida. O Avanço das Agendas Neoliberal e Neoconservadora e o Processo de Desdemocratização no Brasil Contemporâneo. **Revista Goitacá**, Fluminense. v. 1, n. 2, p. 1-22, jul-dez/ 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **World mental health report: Transforming mental health for all, 2022**. Disponível em: <<https://www.who.int/teams/mental-health-and-substance-use/world-mental-health-report>> Acesso em: 14 ago. 2023.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. CFESS, ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CEAD/UnB. Brasília. 2009.